



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**



**GEOVANA SILVA SANTOS**

**IDENTIDADE INDÍGENA KATOKINN EM PARICONHA, ALAGOAS**

**PARICONHA-AL**

**2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**CAMPUS DO SERTÃO**  
**LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**GEOVANA SILVA SANTOS**

**IDENTIDADE INDÍGENA KATOKINN EM PARICONHA, ALAGOAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação da Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Alagoas. Campus do Sertão para obtenção da Licenciatura em História.

Orientadora: Prof. Dra. Sheyla Farias Silva.

PARICONHA-AL

2023

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca do Campus Sertão**  
**Sede Delmiro Gouveia**

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza – CRB-4/2209

S237i Santos, Geovana Silva

Identidade indígena *Katokinn* em Pariconha, Alagoas / Geovana Silva Santos. - 2023.

47 f. : il.

Orientação: Sheyla Farias Silva.

Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2023.

1. História. 2. Identidade Indígena *Katokinn*. 3. Identidade sociocultural indígena. 4. Territorialização. 5. *Indígenas Katokinn*. 6. Pariconha – Alagoas. I. Silva, Sheyla Farias.

CDU: 94(813.5)

**GEOVANA SILVA SANTOS**

**IDENTIDADE INDÍGENA KATOKINN EM PARICONHA, ALAGOAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, como requisito para obtenção de título de Licenciada em História, aprovado em 11 de agosto de 2023.

*Sheyla Farias Silva*

Profa. Dra. Sheyla Farias Silva.  
UFAL

**Banca examinadora:**

*Flávio A. de A. Moraes*

Prof. Dr. Flávio Augusto de Aguiar Moraes  
UFAL

Documento assinado digitalmente

 gov.br

LUANA TIEKO OMENA TAMANO

Data: 30/08/2023 11:51:13-0300

Verifique em <https://verificador.gov.br>

Profa. Dra. Luana Tieko Omena Tamano

UFAL

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>5</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>5</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2 OS INDÍGENAS KATOKINN EM PARICONHA, ALAGOAS.....</b>	<b>8</b>
<b>3 INFLUÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS E HISTÓRICAS SOBRE A IDENTIDADE KATOKINN.....</b>	<b>18</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>4.1 MEMBROS E ELEMENTOS SÓCIO-CULTURAIS DOS INDÍGENAS KATOKINN...27</b>	
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>36</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>40</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>42</b>

## RESUMO

Geovana Silva Santos<sup>1</sup>

A identidade cultural dos povos indígenas no Brasil historicamente foi marcada por usurpações, explorações, violências e processos de desterritorializações que infringiram eles à adaptarem-se à diferentes, costumes, crenças e tradições. O indígena ausente seu estado silvícola é desaculturado e isso fragiliza sua identidade cultural. Desde o Brasil colônia e nos regimes políticos que sucederam ao império, os indígenas aldeados passaram a sofrer perseguições ou viver em espaços de reelaboração identitária. A identidade cultural de um povo é marcada pela predominância e transmissão entre gerações de sua cultura, crenças, valores e costumes, bem como de sua religião, modo de sobrevivência e conservação do seu patrimônio histórico, cultural e econômico. A realidade de fragilização da identidade indígena Katokinn desde as terras de Pernambuco é objeto deste estudo que discorre sobre a história destes indígenas até chegarem no Sertão Alagoano; sua deposição de seu território deste a etnia Pankararu em Pernambuco impulsionando-os ao êxodo para microrregiões próximas ao Rio São Francisco, no Nordeste do Brasil. A pesquisa deste estudo constata que os Katokinn sofreram historicamente transformações socioeconômicas, culturais e religiosas que de modo sucinto afetaram sua identidade e sua cultura. Neste aspecto, questiona-se como e que mudanças socioculturais ocorreram entre os Katokinn afetando sua identidade sociocultural e histórica? Resultado metodológico de uma pesquisa de campo, este estudo reúne informações a partir de entrevistas exploratórias junto ao povo Katokinn em Pariconha, e nisto objetivou-se conhecer os aspectos geradores das transformações identitárias ocorridas entre estes indígenas em Pariconha, Alagoas. A pesquisa resultou em breves conclusões sobre a historicidade dos Katokinn situados em Pariconha. Identifica fatores sociais, políticos e históricos influentes nas mudanças na identidade e tradição Katokinn. Justifica-se o estudo na concepção de que a sociedade urbana e rural contemporânea intrínseca as etnias indígenas, sobre eles exerceram e impuseram diversas influências que condicionaram alterações sócio-histórica e culturais. O estudo trouxe conhecimento sobre estas influências de modo à classificá-las e analisá-las e constatar a fragilização da identidade Katokinn em Pariconha, Alagoas.

**Palavras- Chave:** Cultura Katokinn. Identidade e Tradição Katokinn Pariconha. Territorialização.

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Ufal, Alagoas. e-mail: geovanass818@gmail.com. Contato (082) 98117 4873

## ABSTRACT

The cultural identity of indigenous peoples in Brazil has historically been marked by usurpation, exploitation, violence and processes of deterritorialization that forced them to adapt to different customs, beliefs and traditions. The indigenous person who is absent from their forestry status is deculturated and this weakens their cultural identity. Since colonial Brazil and the political regimes that followed the empire, indigenous villagers began to suffer persecution or live in spaces of identity re-elaboration. The cultural identity of a people is marked by the predominance and transmission between generations of their culture, beliefs, values and customs, as well as their religion, mode of survival and conservation of their historical, cultural and economic heritage. The reality of the weakening of the Katokinn indigenous identity since the lands of Pernambuco is the object of this study that discusses the history of these indigenous people until they arrived in the Sertão Alagoano; their deposition of their territory gave the Pankararu ethnic group in Pernambuco, driving them to exodus to micro-regions close to the São Francisco River, in Northeast Brazil. The research in this study finds that the Katokinn have historically suffered socioeconomic, cultural and religious transformations that have briefly affected their identity and culture. In this aspect, the question arises as to how and what sociocultural changes occurred among the Katokinn, affecting their sociocultural and historical identity? The methodological result of field research, this study brings together information from exploratory interviews with the Katokinn people in Pariconha, and the objective was to understand the generating aspects of the and identity transformations that occurred among these indigenous people in Pariconha, Alagoas. The research resulted in brief conclusions about the historicity of the Katokinn located in Pariconha. Identifies social, political, and historical factors influential in changes in Katokinn identity and tradition. The study is justified in the view that contemporary urban and rural society, intrinsic to indigenous ethnicities, exerted and imposed various influences on them that conditioned socio-historical and cultural changes. The study brought knowledge about these influences in order to classify and analyze them and verify the weakening of the Katokinn identity in Pariconha, Alagoas.

Keywords: Katokinn Culture. Katokinn Identity and Tradition. Pariconha. Territorialization.

## 1 INTRODUÇÃO

Entre os indígenas habitantes no semiárido Alagoano estão catalogados os Jiripankó, Karanzu, Kalankó, Katokinn e Koiupanká<sup>2</sup> estes como originários do tronco étnico<sup>3</sup> Pankararu, historicamente situados em Pernambuco, entre os Municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá. Vieira (2014) informa que nos últimos séculos estes indígenas migraram em busca de socialização enquanto etnias, e, para sua estruturação socioeconômica se mantiveram tentando estabelecer seu território em contato com os antigos europeus e com a sociedade estabelecida pós-República. Como consequência desta aculturação, informa Lima et al. (2019) que sofreram influências e transformações socioeconômicas a partir de onde passavam habitar. Neste aspecto, compreende-se que a busca por locais fixos para residir, o contato com outros indígenas não silvícolas, a invasão e expulsão de suas terras e as transformações socioeconômicas influenciaram no modo de vida e cultura dos indígenas do sertão alagoano. Freire (2020) confirma que esta desestruturação sociocultural é sentida até a atualidade entre as comunidades remanescentes dos Pankararu, esse como tronco étnico dos Katokinn.

Este estudo objetivou conhecer os principais fatores influentes às transformações na identidade indígena Katokinn em Pariconha, Alagoas. É um estudo fundamentado na natureza da pesquisa bibliográfica quanto à sua fundamentação; subsidiado em seus resultados como pesquisa de campo; aportou dados e informações da pesquisa *in lócuo*, exercida durante o período da escolha do campo do estágio<sup>4</sup> em História pela Universidade Federal de Alagoas em 2019.

Usou-se na fundamentação da pesquisa, procedimentos dedutivos que “Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.” (GIL, 2008, p. 9); ou seja, parte-se de pressupostos gerais para conclusões mais particulares, assim reconhecendo pesquisas nas fontes consultadas e tomando-as como base à lógica e objetivos deste estudo. Usou-se de procedimentos indutivos, “[...] o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.”

---

<sup>2</sup> Ver mapa da distribuição de indígenas no Sertão Alagoano no Anexo A.

<sup>3</sup> Peixoto (2018) informa que o tronco étnico origina-se com a formação de um povo em sua matriz cosmológica com afinidade identitária, tradições e relações entre os membros de um povo que produz aceitação reconhecimento e originalidade étnica entre suas gerações.

<sup>4</sup> No ano de 2019, esta foi uma das pesquisas realizada para escolha do campo de estágio em História. E mesmo o estágio havendo se diferenciado a abordagem e campo pesquisado, esta pesquisa foi concluída através de entrevistas exploratórias aos representantes dos Katokinn em Pariconha, Alagoas, que agora dão suporte à discussão deste estudo.

(LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 86). Assim ao contrário do dedutivo, se parte do particular para premissas gerais, ampliando a discussão.

Na discussão, elaborou-se uma análise qualitativa<sup>5</sup> com síntese da história sobre a cultura, identidade e tradições dos Katokinn e as influências que sobre estes fatores se impuseram como processo de transformação identitária, mesmo que em mínimos aspectos.

Questiona-se no estudo quais as mudanças socioculturais que ocorreram entre os indígenas Katokinn em Pariconha, Alagoas, como ocorreram e sob quais influências houve mudanças que afetaram sua identidade como Pankararu? A hipótese seria de que essas mudanças influenciaram a identidade e tradições dos indígenas Katokinn na Cidade em estudo considerando-se seu processo de desterritorialização, reterritorialização<sup>6</sup> seus modos de produção e suas crenças.

A partir da pesquisa ocorrida durante a escolha de temática para o estágio da licenciatura em História pela Universidade Federal de Alagoas, junto aos indígenas Katokinn, essa realizada sob procedimentos de entrevistas exploratórias e de observações em campo, assim como pesquisas bibliográficas, foram analisados os resultados das entrevistas, observações e registros do estudo em campo, quantificando e qualificando dados e informações, dissertando a parte teórica e fundamentando-se aos resultados. Como pesquisa qualitativa<sup>7</sup> buscou-se em específico conhecer a história dos indígenas Katokinn seus representantes principais e suas manifestações. Compreender as influências ou elementos socioculturais e históricas que se impuseram sobre a identidade e tradições dos Katokinn e analisar teoricamente as mudanças ocorridas na história, tradições e cultura destes indígenas que fragilizaram ou sua identidade na Região estudada.

Compreende-se que fatores econômicos, sociais, culturais, religiosos, políticos e étnicos formam a identidade e etnia de um povo. O espaço ocupado, os recursos, influências internas e externas associadas as tradições e aos meios de sobrevivência influenciam nos costumes, vivências, experiências, tradições e culturas. Neste aspecto, este estudo justifica-se na concepção de que as transformações socioeconômicas, históricas, geopolíticas e ambientais influenciaram e geraram fatores que provocaram desculturalização<sup>8</sup> dos indígenas Katokinn na

---

<sup>5</sup>“A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 68).

<sup>6</sup> Peixoto (2018) e Lima Oliveira e Miranda (2018) informam serem processos de expulsão e/ou arrendamento das terras indígenas provocando proletariado e migração de tronco étnicos para outras regiões constituindo processos de territorialização ao se aldearem e constituírem novos grupos ou manterem os troncos antigos, esse processo, segundo os autores é também conhecido como diáspora.

<sup>8</sup> Dessa forma, o indígena que não se apresenta nesse suposto estado puro será considerado aculturado, (desculturado) não índio, sem identidade e sem tradição, daí os índios serem representados predominantemente

Região do Alto Sertão alagoano, e, também provocaram aculturação aos meios e processos de sobrevivência das sociedades em que mantiveram contato.

É preciso conhecer quais foram os fatores alavanca Dores destas mudanças, destes processos de desculturalização, da memória deste processo de consignação de ressignificação cultural, da memória causal das transformações identitárias ou de manutenção daquela cultura étnica existente historicamente em seu estado originário e das suas tradições mediante resgate de seus ritos, jogos, crenças e da propriedade consignada ao direito de posse que sempre lhes foi devido ao fato de serem expropriados de suas próprias terras.

## **2 OS INDÍGENAS KATOKINN EM PARICONHA, ALAGOAS**

Os indígenas estavam no Brasil antes da chegada dos portugueses. Eram os donos da terra em que estavam situados. A colonização implantou processos sociais e de reorganização perpassando transformações culturais em que geraram consequências físicas, étnicas, políticas e coletivas sobre os povos originários que chegaram a serem expulsos de seus territórios.

Desde a colonização a opressão aos indígenas foi uma constante na história do Brasil. “A visão positiva sobre os índios se manteve para os europeus que desconheciam a América, da mesma forma que se mantém hoje para as populações brasileiras que desconhecem o “índio real. (PORTELA, 2009, p. 152. Grifo da autora). A catequização, os regimes políticos e o poderio socioeconômico contribuíram para isso.

Para Vieira (2015), a expansão da colônia, e principalmente o processo de catequização, ao tempo que expropriou bens, costumes e terras dos indígenas brasileiros, em outro viés, aprimorou as formas de contato com os indígenas nas diversas capitanias; isso, ou por meio de proteção, troca e exploração imputada pela Coroa Portuguesa, ou por convicções de fé e de interesses comerciais para que os indígenas ficassem sujeitos à conviver no espaço recém conquistado pelos europeus inicialmente.

Conforme Neto (2012), além de serem coagidos pela igreja, forçados à constantes migrações devido as diásporas causadas pelos portugueses, holandeses e alemães, sofrerem expropriação de seus territórios competindo com fazendeiros, colonizadores e jagunços, posteriormente até com os escravos expropriados, todos estes que foram forçados a ficarem com demarcações de terras ínfimas em relação ao território em que originalmente habitavam.

---

como figuras do passado, mortas ou em franco processo de extinção, fadados ao desaparecimento (NETO, 2012, p. 275-276. Grifo nosso)

Assim os indígenas de vários troncos étnicos do Brasil foram forçados à buscarem novos aldeamentos ou terras para se estabelecerem como família e/ou comunidade. Já os escravos nem o direito à se organizarem em pequenos territórios tinham. Sobre os Pankararu, tronco étnico originário aos Katokinn, em fases mais avançadas da colonização, e principalmente no Brasil império estes sofreram constantes incursões que afetaram sua estadia nas terras em que habitavam.

Os Brancararu, tronco originário dos Pankararu são advindos da missões das ilhas de Sorobabel, Aracrá e Vargem na Região do Baixo São Francisco estendendo-se até a Missão de Rodelas na Bahia, informa Peixoto (2018). Porém, referencia Peixoto (2018), que autores como Pinto (1958) e Hohenthal (1960) descrevem os Pankararu como originados no espaço territorial do Juazeiro na Bahia e citam que os primeiros registros dos Pankararu constam na Região da Missão de Sorobabel, em 1702, sendo citados nos relatos dos Jesuítas e dali foram expulsos pelos potentados da Casa da Torre,<sup>9</sup> obrigados a migrarem e se aculturarem constantemente em novos espaços de moradia ou aldeamentos.

Esse tipo de diáspora contra os indígenas de suas terras provocou intensas migrações. “A aldeia de Brejo dos Padres abrigava várias etnias, da Bahia, Pernambuco e Alagoas, das quais, algumas conheciam as rotinas da desterritorialização (como os Brancarurú), ou eram nômades, sem experiência de missões indígenas.” (PEIXOTO, 2018, p. 39. Grifo do autor). Cita ainda que a referência mais antiga dos Brancarurú data do século XVII.

Tomaz e Marques (2019 *apud* NANTES, 1979) Confirmam que os Pankararé, assim como os Pankararu após chegarem de Pernambuco no Curral dos Bois no século XVII que remonta as Terras da Cachoeira de Paulo Afonso, terras da então Bahia.

A proximidade dos Pankararé e Pankararu não descarta a possibilidade da existência destes povos em um mesmo povoamento, isto porque nos períodos duros de perseguição os Pankararé adentraram 24 quilômetros para o sudeste em direção a Brejo do Burgo, enquanto que os Pankararu percorreram a mesma distância para o Brejo dos Padres a nordeste do Rio São Francisco, ambos seguindo em direção às nascentes de água e aos brejos de refúgio. (TOMAZ; MARQUES, 2019, p. 2).

---

<sup>9</sup> Construção erguida na praia do Forte, Bahia entre 1551 e século XVIII que servia aos interesses da Coroa Portuguesa no Brasil-Colônia. Foi um marco da escravidão dos indígenas na Região Nordeste.

Os Kariris os Pankararé, assim como os Pankaruru mantinham estreitas relações de crenças, rituais e tradições. Peixoto (2018) informa que após 1875, com a extinção da Aldeia Brejo dos Padres, as terras foram repartidas entre indígenas, jagunços e colonos, até ex-escravos, assim se intensifica a migração dos Brankaurú, tronco étnico originário dos Pankaruru, que em contínuo processo de migração formam etnias como os próprios Pankaruru e daí os Katokinn

Segundo os relatos fornecidos pelos Pankaruru, no momento da extinção desses aldeamentos e suas terras foram repartidas em lotes distribuídos não só entre os indígenas, mas também entre “jagunços” clientela a política dos fazendeiros locais, e, o mais importante, entre os ex-escravos que estavam sendo libertados durante aquelas mesmos anos e ameaça vão se dispersar pelo território nacional. (ARRUTI, 1996, p. 32. Grifo da autoria).

Esse processo de migrações, diásporas, reterritorialização, e constantes expropriações dos indígenas, ao que infere Arruti (1996) provoca o surgimento de várias etnias originárias dos Pankaruru, assim sempre próximo ao Rio São Francisco marcam sua presença em terras pernambucanas, baianas e alagoanas.

Portela (2009) infere que a desterritorialização e a reterritorialização são processos históricos antropológicos contemporâneos funcionando como duas faces da mesma moeda do processo de desculturalização e aculturação dos indígenas. No tronco Pankaruru, informa Arruti (1996) que este processo é historicamente registrado e intensificado, a partir de 1875 com a extinção da Aldeia dos Padres. Intensificado, pois esse conjunto de aldeias já era fruto de conflitos dos indígenas por terras e constantes intervenções da Coroa Portuguesa demarcando limites para os aldeamentos.

Peixoto (2018) informa que desde o século XVII, na busca por converter indígenas, os missionários que seguiam para Santo Antônio da Glória, Bahia estabeleceram aldeamentos nas margens do Rio São Francisco “[...] reunindo várias etnias, inclusive a etnia Pankaruru.” (PEIXOTO, 2018, p. 35). Estes, como etnia, tiveram registros históricos nos escritos dos missionários presentes na Bahia e em Pernambuco. Lima, Oliveira e Miranda (2018) informam que houve constantes conflitos e deslocamentos dos indígenas envolvidos em questões territoriais que se prolongaram desde o Brasil-Colônia, perpassando ao Brasil império e a República. “As questões territoriais, motivo de algumas diásporas e de muitos conflitos,

remontam ao Governo D. Pedro II, quando houve delimitação de 14.294 hectares (há) de terra (quatro léguas quadradas) para os Pankararu. “(PEIXOTO, 2018, p. 35).

Com a redução das aldeias, segundo Peixoto (2018) exercida pelo Sargento Mor Jerônimo Mendes da Paz e as constantes lutas por terras, começou a diáspora ou desterritorialização dos Pankararu reduzindo sua população em terras demarcadas com léguas quadradas, sendo marcada sua presença nas Ilhas dos Padres registrada nos escritos missionários em 1802.<sup>10</sup>

Para Alagoas (2017) a desterritorialização<sup>11</sup> gerou migrações dos povos originários espalhando-se por várias regiões e em 1910 foi estabelecida a figura de proteção jurídica aos indígenas representada na contemporaneidade pela FUNAI<sup>12</sup> em dezembro de 1967, que substituiu o antigo SPI<sup>13</sup> de 1910. Vigorados em Leis, vários Decretos Nacionais geraram paradigmas conceituais e indigenistas de cunho jurídico com reconhecimento de direitos, etnias e indígenas identificados pelo cunho do Estado brasileiro. Neste aspecto, reforça Alagoas (2017) que línguas, crenças e tradições foram reconhecidas como parte da identidade indígena. As reservas, as terras interditadas, dominadas e aquelas tradicionalmente ocupadas pelos indígenas que sobraram são frutos de migrações e lutas pelo estabelecimento de territórios para moradia das famílias deles.

Alagoas (2017), na atualidade mapeou mais de 562 modalidades de terras tradicionalmente ocupadas; destas terras tradicionalmente ocupadas, 144 territórios estão em estudos para interdição; 90,3% das demarcações estão catalogadas como homologadas ou regularizadas e 4,7% delimitadas. No quadro geral de regularização de territórios indígenas, existem até 2017 somente 46 reservas em todo o território brasileiro. Isto implica afirmar que é contínua historicamente a opressão e desterritorialização contra os indígenas do Brasil. Na atualidade a FUNAI (fundação Nacional dos Indígenas é a instituição responsável de articular, coordenar e monitorar a dar todo o suporte aos indígenas no Brasil, inclusive a regularização de terras.

<sup>10</sup> [...] pessoas distribuídas por 26 municípios, tendo cabido a Tacaratu, onde se localizava o aldeamento de Brejo dos Padres. 1.406 emancipações (DOC. 6). (PEIXOTO, 2018, p. 40, *apud*, ARUTI, 1996, p. 32).

<sup>11</sup> Conforme Peixoto (2018) e Lima, Oliveira e Miranda (2018) é um processo em que os indígenas foram expulsos de suas terras por coerção ou processos de divisão inicialmente por criadores de gado, agentes da Coroa e depois por posseiros e fazendeiros diminuindo o território em que estavam habitando, assim se tornando nômades ou ali permanecendo em novos aldeamentos fracionados rompendo com suas culturas, tradições e crenças num processo de mestiçagem que mesmo atendendo seus interesses cerceiam parte da sua identidade retomando-a com reagrupamento e reavivando estes costumes em novas terras ou sob resgate dos mesmos exercendo seus rituais e conquistando seus interesses suprimidos.

<sup>12</sup> Fundação Nacional do Índio

<sup>13</sup> Centro de proteção ao Índio

Os indígenas estão presentes na Região Nordeste, Alagoas (2017) informa que essa Região representa 26% dos indígenas da população brasileira com 305 etnias. Historicamente a presença dos indígenas neste Estado conforme Vieira (2015) advém da perseguição histórica à estes povos que sofreram espoliação territorial, migração, despovoamento, missões que confundiram sua fé.

Conforme Vieira (2015) no período pós-emancipação política de Alagoas já estavam presentes neste Estado mais de 20 grupos indígenas; cita que atualmente restam somente onze etnias entre elas os Karuazu, Jeripankó e os Katokinn em Pariconha no Sertão alagoano. Estas onze etnias distribuem-se em quatorze Municípios.

Dentre os indígenas desterritorializados estavam os Pankararu que foram expulsos de suas terras para estadia de fazendeiros, jagunços e posseiros favorecidos pelas ações dos Portugueses. “Com o processo de desterritorialização, iniciado como consequência da Lei de terras em 1850, e das diásporas que ocorreram, os indígenas indígena Pankararu se viram sem liberdade de cultuar suas divindades.” (PEIXOTO, 2018, p. 70). Além disso, no passado, em Pernambuco, foram pressionados por missionários e pelo próprio Estado, e por fazendeiros à abandonar suas crenças. A desterritorialização foi historicamente uma das causas da opressão à identidade, pertencimento e à cultura dos Pankararu. E isso deixa incontestavelmente marcas sociais, culturais, religiosas e tradições que se acentuam com diferenças locais nas etnias indígenas afetando a igualdade ou distintividade de outras culturas, assim afetando a identidade.

O início do processo de divisão das terras da aldeia Pankararu desencadeou uma nova fase de desterritorialização que conduziu os indígenas daquela localidade para além dos limites do seu território tradicional. Essa fase, conhecida como diáspora afetou a sua identidade ao passo que favoreceu o surgimento de novos grupos ou aldeamentos ligados à matriz sócio cosmológica do seu tronco formador como os Jiripankó, Koiupanká, Kalankó, Karuazu, e Katokinn em Alagoas. (PEIXOTO, 2018, p. 40).

Peixoto (2018) discorre que pela diáspora dos Katokinn, assim como pela destituição de suas terras, o processo de acultramento mudou a forma tradicional de serem reconhecidos em suas crenças e valores e conduziu os indígenas á diversificar seu tronco formador e manter somente parte da pureza étnica. Essas diásporas fizeram os indígenas Katokinn chegarem à Alagoas. No Alto Sertão alagoano estão atualmente as comunidades: Katokinn, Karuazu,

Jiripankó, Kalankó e Koiupanká. Segundo Vieira (2014) os Katokinn, após perpassaram os Estados de Pernambuco, Bahia, mesmo ficando parte deles nestes Estados, chegaram em Alagoas fixando-se em Pariconha.

Vieira (2014) afirma que os primeiros grupos indígenas que chegaram em Alagoas vieram no segmento do Rio Moxotó situado na divisa entre Alagoas e Pernambuco, assim habitando em serras vizinhas ao Rio São Francisco, nas caatingas e povoados. Conforme Vieira (2014) os primeiros a serem identificados e lotados como etnia foram os Pankararu que descenderam os Jiripankó. Em 1988 foram os Kalankó na cidade de Água Branca. Entre 2000 e 2001 foram os indígenas Karuazu e Katokinn em Pariconha. No ano de 2001 foram os indígenas Koiupanká que assumiram suas lutas por reconhecimento étnico e iniciaram escalada pelo Estado até se fixarem em aldeamentos para reivindicarem sua identidade mediante suas práticas, costumes, tradições, crenças e sua etnia.

Em Pariconha, com a fixação da família Teodósio, informa Peixoto (2018) que a partir do século XIX, pela sua proximidade ao Rio Moxotó e Rio São Francisco, com mananciais de água potável, tais condições atendem as Regiões procuradas pelos indígenas Pankararu. Por reunir essas condições, cerca de 20 anos após a chegada das primeiras famílias, tidas como colonizadores, um grupo de indígenas Pankararu “[...] se instalou uma aldeia na Serra de Ouricuri, nas proximidades da atual Pariconha e iniciou, nos anos seguintes, um processo de busca pelo reconhecimento étnico com o etnônimo Jiripankó.” (PEIXOTO, 2018, p 45).

Mas antes desse reconhecimento étnico, Informa Amorim (2010) que os primeiros indígenas Pankararu em Pariconha, no norte da Aldeia Ouricuri foram José Carapina e Sua esposa Izabel que foram recepcionados como refugiados por um fazendeiro chamado de Major Marques o qual adotou ao regime trabalhista de parceria com o casal que criava animais soltos na caatinga. Após despertar ciúmes do fazendeiro, Carapina, com o apoio do Barão de Água Branca, consegue comprar 1.100 hectares de terras em 1984, e, posteriormente, começaram a convidar parentes para criar uma aldeia. As terras do Major Marques, segundo Peixoto (2018) foram ocupadas pelos Pankararu em 1893. Assim os Pankararu, os Jiripankó desde sua última diáspora se misturaram inicialmente silenciosamente na Região e depois se estabeleceram etnicamente unindo-se os Pankararu e Jiripankó e Xucuru-Kariri em 1980 num total de 20 famílias das raízes do velho tronco do Brejo dos Padres, informa Santos (2015).

Pertencente ao Estado de Alagoas, Pariconha<sup>14</sup> localiza-se na Mesorregião do Sertão Alagoano entrando nos limites da Microrregião Serrana. Conforme o censo populacional em

---

<sup>14</sup> Ver mapa no Anexo A

2010 sua população era de 10.264 habitantes; 2015 somava-se 10.601 população estimada para 2021 10.684 habitantes, mantendo sua densidade demográfica em 39,70 habitantes por km<sup>2</sup>.

Com um área de 258.524 a população de Pariconha, tem sua maior concentração na faixa etária entre 09 e 39 anos, religião predominantemente católica e evangélica, e, conforme Brasil (2023), o rendimento mensal é de 1,8 salário-mínimo em 2020 para trabalhadores formais com 7,8% das pessoas ocupadas representando 798 habitantes. Com renda inferior a ½ salários-mínimos 51,8% da população; Brasil (2023) aponta que 94% da renda do Município vem de rendas externas.

Os indígenas Katokinn em Pariconha, ao que infere Oliveira e Lima (2018) conta com 200 famílias em seu agrupamento étnico com os Karuazu. Para Alagoas (2017), isso representa um total de 1.749 residentes nas aldeias Tanque, Campinhos e Katokinn. Relata que além da retomada da terra, do estabelecimento em aldeias, a renda é outro desafio na convivência e agrupamento étnico indígena. Em 2010, a renda per capita de 60% dos indígenas em Alagoas era de ¼ de um salário-mínimo; 12% deles sequer possuíam rendimentos aponta Alagoas (2017).

A renda é um ponto de convergência às alterações na economia dos indígenas, pois além de estarem cadastrados nos programas governamentais, eles percebem renda de origem Federal, desde que devidamente estejam regularizados na categorização de sua etnia e representatividade indígena brasileira. Significa que o rendimento dos indígenas devidamente cadastrados não é exclusivo de sua tradição pesqueira e subsistência não silvícola, mas sim de proventos do Governo Federal; e isso é um fator de influência em sua cultura, mas é também constituído direito aos indígenas brasileiros terem esse pecúlio em renda, pois historicamente foram vítimas da exploração colonial e massacrados em sua subsistência no desenvolvimento histórico da sociedade brasileira indica Silva (2011).

Freire (2020) discorre que as relações entre indígenas no Brasil e os colonizadores, remetendo-se aos portugueses, holandeses e franceses, sempre foram danosas aos interesses indígenas e esses careciam de alianças para sua sobrevivência. Na contemporaneidade, a renda aceita e percebida aos indígenas é uma forma de compensar estes danos sofridos pelos indígenas no Brasil.

A desterritorialização é um dos fatores que influenciaram a desculturalização e interferências nas tradições dos primeiros habitantes indígenas no Brasil. Para Vieira (2014) as constantes migrações em busca de subsistência foram marcas das formações étnicas dos indígenas na Região Nordeste. Em Alagoas, esse fenômeno é citado como influente aos indígenas. Para Oliveira e Lima (2018), eles corroboram que:

Nesse sentido, o modo de ser dos povos indígenas está fortemente vinculado a terra, pois sua produção, reprodução, costumes, tradições e rituais são materializados no espaço, sendo estes elementos de territorialidades essenciais para a representação dos valores simbólicos e culturais dos povos tradicionais. (OLIVEIRA; LIMA, 2018, p. 10).

Ou seja, historicamente, a terra, o trabalho e a renda são fatores que condicionaram a apropriação e desapropriação dos Katokinn e diversas outras etnias em seus recursos, cultura e tradições.

Conforme Lira (2005), o território dos indígenas está ligado as questões simbólicas reproduzidas em seu espaço ao longo da história. Isso implica afetar suas tradições, culturas e seu modo de sobrevivência. O Brasil historicamente procurou reparar os danos históricos causados aos povos originários cedendo-lhes concessões de ocupações, reservas territoriais e rentabilidade como uma forma de abono histórico. São fatores externos que intervieram na cultura dos originários indígenas alagoanos como parte dos indígenas do Brasil.

Para Oliveira e Lima (2018), as constantes migrações em busca de um território para se estabelecerem fez dos indígenas no Nordeste do Brasil se diversificarem em suas tradições, culturas, costumes e meios de sobrevivência. E essa é uma luta constante, pois no próprio território Katokinn em Alagoas, “[...] a conjuntura na qual se encontra o território da aldeia é de luta pelos direitos indígenas, haja vista que a situação fundiária do território da comunidade não está resolvida.” (OLIVEIRA; LIMA, 2018, p. 11). Neste aspecto, a resistência como prática da tradição indígena é mantida, mesmo que sem arcos e flechas, a luta pela territorialidade é mantida como identidade comunidade no Estado alagoano e na Região de Pariconha.

Para Peixoto (2016), garantir a etnia, os costumes e crenças, e ao mesmo tempo chocar-se com outras populações, significava migrar de seu território como estratégia de vida.” Foi nesse contexto, que os indígenas da aldeia Pankararu foram se reterritorializando no Alto Sertão alagoano retomando as suas práticas e costumes indígenas.” (VIEIRA, 2010, p. 12). Essa fuga provocou a desapropriação indígena dos seus territórios e a reterritorialização no alto sertão alagoano.

A estadia dos indígenas Katokinn em Pariconha ainda é marcada pelo processo de migração e luta pela terra advinda desde o Estado de Pernambuco. A reterritorialização, assim como a desterritorialização são fenômenos que influenciaram na fixação dos Katokinn em Pariconha. Este processo, foi importante para manter o que Vieira (2010) denomina de conservar as “[...] manifestações ritualísticas e suas entidades sagradas, os Encantados.”

(OLIVEIRA; LIMA, 2018, p. 10). A estabelecimento dos Katokinn em Pariconha colabora com a preservação de sua identidade, mas com o aumento das famílias e a exigência burocrática do Governo Federal em classificar a originalidade dos indígenas em sua etnia, há o impedimento pela sobrevivência destes ser compelida a alterar seus costumes, pois são obrigados a trabalhar para sobreviver, aos modos dos seus conterrâneos não indígenas, assim mesclando-se como cidadãos nos costumes sociais atuais. “Devido a isto, os indígenas vendem sua força de trabalho no próprio município ou nas regiões circunvizinhas, em alguns casos muitos exercem atividade laboral através do corte da cana na Zona da Mata alagoana.” (OLIVEIRA; LIMA, 2018, p. 11).

As transformações econômicas passaram a afetar aos costumes, com a quebra da tradição destes indígenas em seus rituais, a exemplo do ritual do peixe que é realizado, como tradição, mas sem haver pescaria neste Rio, como acontecia no passado informa Oliveira e Lima (2018). Ainda ressaltam que a aldeia Katokinn é escassa de recursos hídricos e a terra é árida e a localidade de sua lotação em Pariconha não oferece meios de reprodução da tradição destes indígenas. Não favorece seu sustento obrigando-os à buscarem trabalho fora da comunidade para subsistência de suas famílias.

A produção camponesa é afetada pelo fator rentabilidade social e familiar. A desterritorialização e renda, com o êxodo enfraquece a identidade Katokinn corrobora Silva (2011). Um ponto de convergência, neste aspecto, seria repensar como treinar e subsidiar aos indígenas nos novos meios de produção, destarte sua tradição de sobrevivência já está alterada. Talvez a cultura da territorialização deva se render aos novos meios de se produzir, de lidar com a terra. Estabelecer financiamentos e maquinário agrícola pode ser um caminho para a produção da subsistência indígena, melhorar, e assim manter eles em sua região, possibilitando melhor resgate de sua cultura.

O processo de desterritorialização provocou transformações culturais, pois

[...] os povos indígenas foram adotando estratégias para preservação da sua cultura e das suas crenças, fugindo das imposições e garantindo a continuidade das etnias, mesmo que em outros espaços e com outras práticas incorporadas ao seu discurso. (OLIVEIRA; LIMA, 2019, p.3 *apud* PEIXOTO, 2016, p.222).

O processo de afirmação da identidade Katokinn depende do agrupamento dos membros de sua comunidade em aldeias, em territórios demarcados como indígenas, mas depende também de meios para sua subsistência, de uma terra e política que ofereça recursos para

produzir, de instrumentos para o cultivo. A Territorialidade para Haesbaret (2004) inclui a dimensão política, as relações econômicas e culturais que “[...] está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra.” (HAESBARET, 2004, p. 03). Neste aspecto, manter a tradição seria os indígenas no mínimo legalizarem efetivamente a posse da terra que outrora lhes foi usurpada e assim no mínimo evitarem o êxodo resgatarem seus rituais.

Quebrar a tradição mantendo a sobrevivência destes indígenas na sua terra em nível de igualdade com a sociedade civil seria instrumentar, financiar e treinar eles a produzirem sua agricultura como acontece como o homem do campo atualmente. Isso desculturaliza a tradição, mas dá sobrevivência e evita a migração dos familiares das aldeias Katokinn. O meio mais eficaz de fomentar a cultura é manter e financiar os índios em sua terra, dar o título de posse efetiva dessa terra e o suporte necessário para se produzir nela. “A cultura indígena é a crença, a terra é seu templo, a sua vida com dignidade e celebração.” (PEIXOTO, 2018, p. 45, *apud*, SANTOS, 2018).

Conforme Alagoas (2017) os indígenas Katokinn, assim como outras etnias sofrem com fatores de redistribuição de renda, espoliação de suas terras, desterritorialização, abastecimento de água, saúde e debates sobre direitos sociais. neste Na área educacional as formações docentes com conhecimentos específicos sobre os indígenas são escassas e a singularidade das comunidades são postas em discussão sobre a grade de formação aprofundada no panorama da identidade, etnias, linguística, idiomas e cultura dos indígenas na Região do Sertão alagoano. Em 2017, somente 18 Escolas indígenas foram contabilizadas pelo Estado de Alagoas distribuídas em 08 Municípios. Pariconha conta com uma Escola na aldeia Jiripankó e outra na aldeia Katokinn, A educação nestas escolas é um forte fator de influência na cultura e identidade dos Katokinn, pois segue-se índices e conteúdo que se fundem as diretrizes curriculares nacionais e aos costumes e tradições destes indígenas. Assim a educação não tem uma identidade indígena definida.

Representativas da identidade indígena brasileira, as práticas culturais destes indígenas devem ser preservadas também pela educação. Isso implica preservar o que Alagoas (2017) denomina de rituais e patrimônios que são fundamentais na compreensão da realidade e identidade dos indígenas em Alagoas. É sugerido a construção de uma política de preservação destas tradições, mas ao mesmo tempo que articule a sobrevivência e os recursos para desenvolver as expressões e famílias destes indígenas no Sertão alagoano.

Em 2016, junto ao Governo de Alagoas houve a instituição de uma audiência com os representantes das aldeias indígenas alagoanas sendo elencadas demandas educacionais, de trabalho, da Atenção Básica, da humanização indígena com atendimento prioritário em saúde,

do apoio e difusão na agricultura, da demarcação e terras, construções de escolas e creches, de melhoria das estradas, do acesso a água, da formalização do jogos indígenas no Estado e do apoio em eventos e assistência na sua extensão rural, bem como formação e professores indígenas; demandas de combate a intolerância religiosa e do saneamento básico. Foram demandas que institucionalizaram à cultura e a identidade dos Katokinn e de outros indígenas estarem em conformidade com as necessidades sociais urbanas dos Municípios em que habitam.

Em Pariconha, conforme Alagoas (2017), o abastecimento de água é precário com 6,4% sendo em açudes e lagos; poços e nascentes com 6%, água da chuva, 5,8% e 37% com abastecimento da rede sanitária. Entende-se que a tradição de colher água da chuva de nascentes e de poços é pouco acentuada entre as aldeias. Essa negligência é danosa a manutenção da identidade dos Katokinn.

Alagoas (2017) expressa que as próprias demandas sociais dos indígenas nos Municípios alagoanos desculturalizam seu modo de ser e de agir como indígenas raiz, mas eles evidenciam a luta por direitos e a resistência indígena em garantir a sua prioridade; lutam pela atenção política estabelecida em Lei no contexto Constitucional brasileiro como população vulnerável.

Alagoas (2017) informa que o Estado tem tentado agir no apoio aos indígenas e nisto elenca programas que foram gerados para distribuir sementes e dar apoio técnico agrícola, promover feiras agrárias, perfurar poços, práticas desportivas, criar habitações e discutir instrumentos políticos sociais e educacionais. Nisto se prioriza a terra como elemento fundamental ao desenvolvimento da construção da identidade cultural destes indígenas em Alagoas.

### **3 INFLUÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS E HISTÓRICAS SOBRE A IDENTIDADE KATOKINN**

Compreender a história e a identidade de uma etnia perpassa saber quais foram as transformações sociais e culturais destes indígenas. Entender os indígenas brasileiros requer saber que foram explorados, espoliados, mortos, expulsos de suas terras, sofreram abusos e um processo de miscigenação que afetou sua saúde, cultura e tradições. “Além disso, havia os abusos de autoridades locais como os chefes de polícia.” (JUNIOR, 2011, p. 10). No entanto, afirma Neto (2012) que no período da colonização, os indígenas eram motivados por seus próprios interesses em servir ou barganhar com os colonizadores, mas depois perceberam que estavam sendo usurpados e violentados em sua própria identidade.

Assegurada na raiz Pankararu o etnônimo Katokinn tem suas crenças em deuses da pesca, espíritos de antepassados e rituais de culto a terra, ao céu e aos seus anciões corrobora Vieira (2014). Os rituais, crenças, tradições são parte da cultura indígena e confirmam sua identidade. Para Alagoas (2017), o polo Katokinn e Karruazu atende as duas etnias em Pariconha. Nestas tradições, quando presentes, os indígenas mantêm sua identidade. Para Junior (2011) a Lei, a exploração da terra indígena pela sociedade colonial, imperial e republicana são causadores da quebra da identidade originária dos indígenas no Brasil.

Além dos traços físicos, culturas, crenças, ser considerado indígena no Brasil perpassa o crivo da Lei. A luta pela terra, a conquista de direitos e a adaptação social e econômica, além da intensa luta por reterritorialização e processo de educação são caminhos que mantêm ou se perde a identidade étnica indígena.

[...] as comunidades, os povos e as nações indígenas são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a de envolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, com base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos. (BANIWA, 2006, p. 27).

A terra sempre foi um fator de transformação social para os indígenas, pois somente pelo processo de migração ao serem usurpados seus territórios, pelas ameaças e por desapropriações esses indígenas no Brasil foram compelidos à tentarem se estabelecer em novos territórios. Obrigados a se remodelarem socialmente, deste a sua origem como Pankararu, os Katokinn lutam constantemente pela demarcação da terra, elementos de resistência e de preservação de sua etnia.

A luta por direitos territoriais é, assim, a plataforma primordial nas novas experiências emancipatórias, porque é a partir do território que esses diferentes povos e comunidades buscam afirmar suas identidades, sua autonomia, seu modo de vida, sua forma de produzir, enfim, seus diferentes modos de existir. (CRUZ, 2013, p. 137).

Em parte da sociedade contemporânea os indígenas são categorizados como morosos, rotulados como falsos indígenas e por não estarem imbuídos em suas tradições, cultura e em sua terra nativa. Conhecer, proporcionar meios e resgatar a historicidade e a inserção social e territorial dos indígenas no Brasil é essencial para seu posicionamento social. Isso é possível com políticas que garantam a terra, mantenha sua identidade e cultura, reconstrua-se sua história, suas tradições com uma educação indígena de qualidade e adaptem-nos aos meios de produção que essa terra oferece. Perde-se algumas tangentes de sua cultura, mas ganha-se a maioria delas. “Ser indígena é ter orgulho da nossa tradição e cultura que vem da minha família: meus avôs e meus pais. E hoje sou professora para a comunidade Katokinn.” (ARAÚJO, 2019.). Não se mantém essa tradição e essa família se passar pela identidade que historicamente foi marcada na luta pela terra. Assim como pela manutenção de seus valores, tradições e culturas.

A sociedade brasileira em seu desenvolvimento, desde o Brasil colônia trouxe consequências aos indígenas. Para Vieira (2015) a constituição política e histórica abrangente a vida dos indígenas, a política e o trato com estes indígenas desde o Brasil-Colônia até a República tem a palavra exclusão como protagonista. Isso por exploração, desculturalização, expropriação de terras e legislações autoritárias.

No campo legislativo os indígenas perpassaram diversas mudanças sociais por reconhecimento de sua identidade, valores, cultura e tradições. Para Alagoas (2017) a luta pela terra sempre foi um marco de transformação social e cultura dos indígenas. Nela e por ela a sobrevivência e todas as facetas da identidade social indígena permanece ou se desfaz. Junior (2011) corrobora que na Região Nordeste, os indígenas sofreram diversas perdas de território, oficializadas ou não. A consequência disso foi a extinção de aldeamentos e processos migratórios que descontextualizam ou extinguem a cultura e tradição dos indígenas.

Para Vieira (2015) do Brasil-Colônia à República, a política de trato aos indígenas trouxe agravos que permearam campos sociais, como educação, legislações, agricultura, saúde, cultura e identidade social. Houve perdas para os indígenas em todos estes campos. Por eles e entre eles, houve a inserção de novos costumes, crenças, tradições e modos de sobrevivência. A presença do homem no meio indígena, na sua terra provocou esta descontextualização na vida, tradições e sobrevivência indígena. Em Alagoas e em todo o Brasil foram consequentes estes fatores.

As categorias de indígenas “integrados” e de “grau de integração na sociedade nacional” foram atribuídas aos grupos indígenas que se

encontravam no século XX “ilhados em meio à população nacional”, como também a ideia da aculturação e assimilação dos indígenas a sociedade nacional. (SILVA, 2011, p. 316 Grifo da autora).

Essa categoria de integrado à sociedade, depois de na Região Nordeste perambularem pela margem do Rio São Francisco, pedir esmolas ou serem expulsos das fazendas de gado e caprinos, não é um reconhecimento que na prática garantiria os direitos indígenas quando expulsos de suas aldeias.

Junior (2011) cita processos de inclusão dos indígenas na Sociedade Nacional no Império; uma forma de legalmente tentar socializar aos indígenas por Decretos, mudando da catequização colonial para o fator legal, e, na contemporaneidade relata a extinção de várias aldeias no Estado de Alagoas que remontam desde o ano de 1872.

Um fator de grande transformação entre os indígenas Katokinn é seu modo de sobrevivência que não é mais silvícola. A sua luta pela terra, as condições e os meios de produção nela são insuficientes para manter suas famílias na região em que se apropriaram e subsistirem de recursos naturais.

Ainda sobre a localização da comunidade, analisamos que a mesma não dispõe de recursos naturais suficientes a suprir toda a demanda da comunidade. Devido a isto, os indígenas vendem sua força de trabalho no próprio Município ou nas regiões circunvizinhas, em alguns casos muitos exercem atividade laboral através do corte da cana na Zona da Mata Alagoana. (OLIVEIRA; LIMA, 2018)

A própria terra em que se instalaram não permite mais aos indígenas terem uma cultura de subsistência tradicional. É preciso preparar estes nativos a lidar com a terra. Não é se tornar capitalista, indígenas modernos, apenas criar meios para que eles possam subsistir em uma Região intempérie, com seca, com produção agrícola anual que deve ir além do cultivo natural.

Garantir sua sobrevivência é garantir seus meios de produção, é preparar e subsidiar eles ao trabalho que tanto necessitam, que condiz com os meios de sobrevivência da sociedade circundante à sua aldeia. Não é possível eles negociarem com outras tribos sua produção, pois as aldeias têm população escassa confere Alagoas (2017). Se produzirem tem que vender aos modos do capitalismo atual. Essa evolução historicamente pela falta de localização adequada destes indígenas os fez perder sua identidade silvícola com a terra ocupada pelos ditos brancos;

nisto, a solução e devolver esta terra no lugar que foi escolhido por eles e qualificá-los para delas sobreviverem com fartura. No mínimo isso evitará o êxodo dos indígenas de Pariconha que migram para trabalhar nos canaviais alagoanos.

A estadia dos Katokinn em sua terra com autossuficiência produtiva é uma garantia de preservação da sua identidade.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. (HAESBAERT, 2004, p. 3).

Além da produtividade, esse dar significado ao lugar é manter sua identidade, sua cultura, suas tradições, o que é garantido com subsistência adequada, conexão com a sociedade moderna e ressignificação de todos seus rituais de acordo como eram na sua histórica etnia Pankararu.

Com a terra demarcada preserva-se a tradição cultural, pois conforme Peixoto a terra devidamente empossada pelos indígenas evita o êxodo e fomenta a permanência da tradição. É preciso investir na educação, na saúde da comunidade, preservar a natureza; transmitir todos os conhecimentos que foram deixados pelos seus antepassados, manter-se antigos hábitos, sua cultura e seus conhecimentos gerais a exemplo das plantas medicinais; e assim se preserva a identidade em sua natureza indígena primitiva como essência.

Compreender as transformações sociais sofridas por estes indígenas no seu processo de migração, no seu modo de sobrevivência, nas suas tradições é fundamental para compreender elementos que podem resgatar o que de fato eles necessitam para manter aquilo que foi suprimido na sua trajetória de reterritorialização. Alagoas (2017) valida que é preciso resgatar as tradições indígenas e indica que a educação, a pesquisa e a garantia dos seus direitos são elementos essenciais para manter a identidade étnica dos indígenas no Estado.

É importante entender que as práticas e tradições se tornam elementos que se dão como forma de resistência e perseverança para dar continuidade ao seu estilo de vida da comunidade Katokinn, visto que, a demarcação das terras é um fator essencial para a sua identidade, já que, seu modo de vida, suas práticas, cultura, costumes são essenciais à preservação de sua etnia. Gerar meios para manterem isso, mesmo com perdas culturais pode ser um caminho para que não se perca o todo.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme Oliveira e Lima (2018) a territorialização, a luta pela terra, os danos históricos causados aos indígenas desde a colonização no Brasil são fatores que influenciaram no processo de assentamento e luta pela terra destes, bem como pelas constantes migrações o contato com outros indígenas em Estados diferentes na Região Nordeste afetaram seu modo de vida e suas tradições e costumes.

Com a determinação oficial para extinção dos aldeamentos e no ato de medir, demarcar e lotear com destinação de pequenas glebas de terras para umas poucas famílias, os arrendatários e invasores tiveram suas posses legitimadas. Muitos indígenas migraram para as periferias urbanas, dispersaram-se pelas regiões vizinhas aos aldeamentos, outros passaram a trabalhar “de alugado” em suas próprias terras agora nas mãos de fazendeiros, e umas poucas famílias permaneceram nos “sítios”, pressionadas ao longo do tempo por fazendeiros. Assim, a partir das últimas décadas do Século XIX, ocorreu um silêncio oficial sobre os indígenas no Nordeste. (SILVA, 2011, p. 314. Grifo da autoria).

Foi identificado os Brancaruru que originaram aos Pankararu deram origem aos Katokinn, e, de acordo com Peixoto (2018), estes historicamente foram identificados em documentos históricos como lotados numa Região de sobrevivência coletiva de aldeamentos, denominada Aldeias dos Padres, em Pernambuco, envolvendo territórios de Jatobá, Petrolândia e Tacartú, todos relativamente próximos ao Rio São Francisco.

No período da colonização a retirada dos indígenas dos seus territórios provocou migrações para outros Estados, e, na Região Nordeste, junto com frades se formaram aldeamentos. Conheceu-se que os Katokinn, ao que infere Vieira (2010) são uma ramificação etnônima dos Pankararu que são originários de Tacaratu, Pernambuco, que foram se fixando em novas terras chegando no Estado de Alagoas. Ou seja, houve a dispersão dos indígenas submetidos aos interesses econômicos e políticos dos colonizadores e coronéis brasileiros. Essa dispersão dos Pankararu, historicamente, ocorreu no processo de colonização das terras brasileiras e continuou no Brasil- Império e na República.

Compreendeu-se que foi neste processo que os Pankararu vieram até Alagoas, expropriados de suas terras, buscando novas condições de subsistência e perdendo etnias, sendo chamados de caboclos e sofrendo perseguições identifica Oliveira e Lima (2011). Após sucessivas desapropriações, e expulsões de suas terras, saindo de Pernambuco, migraram para os Estados da Bahia e Alagoas, de acordo com Vieira (2018), passando por diversos processos de aculturamento e transformações sociais.

Estudar sobre os fatores que influenciam transformações socioculturais na vida dos indígenas, na sua história é relevante, pois aqui na Região Nordeste, os atuais indígenas questionam, portanto, as reflexões sedimentadas no desaparecimento indígena na Região que se constituem em um desafio, uma demanda para compreensão dos processos históricos que resultam nas mobilizações sociopolíticas antepassadas e atuais “[...] pelas reivindicações, conquistas e garantias de seus direitos.” (SILVA, 2011, p. 315).

Entendeu-se que um fator de afirmação da identidade e cultura dos Katokinn, numa linha do tempo que historicamente se define como permanente, mas com instrumentos diferentes tem marcas como a luta pela terra, o trato à questão fundiária dos indígenas na Região de Pariconha, que segundo Oliveira e Lima (2018), no período, ainda não estava resolvida.

O reintegração de posse da terra dos indígenas é um fator essencial para manter as tradições. Ajustar seu direitos, o reconhecimento de sua etnia, incentivar, educar e promover suas crenças e tradições, principalmente pela educação colabora com este processo de retomada da identidade indígena, valida Silva (2011).

Com suas mobilizações os indígenas no Nordeste vêm ocupando cada vez mais o cenário sociopolítico regional e assim questionando as tradicionais visões e imagens que advogam a inexistência, a extinção ou ainda o gradual desaparecimento dos indígenas na Região.

Durante muito tempo e até bem recentemente, os indígenas no Nordeste não foram desconsiderados nas reflexões históricas, antropológicas e das Ciências Humanas e Sociais em uma visão baseada nas concepções da aculturação ou mestiçagem, após a extinção oficial dos aldeamentos indígenas a partir de meados do Século XIX. (SILVA, 2011, p. 321).

Assim com extinguir aldeamentos assevera a fragilidade da cultura e identidade Katokinn, estes agrupados em uma terra de sua posse efetiva, sem necessidade de se ausentarem da aldeia, essa posse e permanência com união colabora com os costumes e tradições dos

Katokinn em Pariconha, pois após se fixarem em território alagoano podem manter seus rituais e crenças. Mas compelidos ao trabalho, para sobreviver, fatores econômicos projetam a comunidade indígena à trabalharem no campo agrícola e se desvincularem dos modos de produção tradicionalmente estabelecidos. São consequências da própria geografia da Região, da falta de demarcação da terra indígena e do Governo Federal que não apropriou aos indígenas em terras compatíveis com seus costumes e meios de sobrevivência.

Para Arruti (1996) os grupos de indígenas formados com as diásporas tiveram como causas principais o esbulho das terras e secas prolongadas e ao se agruparem fora das aldeias, os Pankaruru desenvolveram novas categorias identitária e “[...] isso permitiu o surgimento de identidades ressignificadas.” (PEIXOTO, 2012, p. 41). Porém Arruti (1996) defende que ao se manter essas identidades ligadas aos fortalecimento étnico e ao que denomina de pontas de rama, e se reunirem em grupos unidos como estratégia de sobrevivência, ainda, com rituais regionais, e dinâmicas dos ramos Pankaruru, estes fortalecem o seu tronco originário.

Questiona-se se este acultramento provoca perda da identidade como indígena.? Para Neto (2012) o processo de colonização no Brasil que envolveu os indígenas trouxe oportunidades, políticas, sociais e relacionamentos múltiplos que oportunizaram novos conceitos identitários a serem estudados sobre os indígenas na história do Brasil. É o que ele chama de reelaboração identitária. Como exemplo, ele cita indígenas na Amazônia que no século XVIII se tornaram vereadores e militares buscando reivindicar direitos e defender seus interesses.

Mesmo com este estabelecimento as diásporas continuam por constante pressão e expulsão dos indígenas de suas terras causando o que se interpreta de Peixoto (2018) denominado de invisibilidade étnica, assim afetando sua cultura, passando a trabalhar para fazendeiros indo para regiões distantes. Isso em grande escala, com união de outras etnias, por vezes surgiram novas aldeia e por costumes e tradições passaram a reivindicar a sua própria identidade, mesmo que fragmentada.

O tempo de anonimato lhes conferiu modelagens e adaptações socioculturais dentre elas a perda do idioma nativo os casamentos exogâmicos e a adoção de práticas religiosas cristãs. Seus rituais foram ressignificados com a adoção e cantos em português. Eles se viram homenageando divindades católicas romanas; a cruz adotada como símbolo nos rituais é usada como mecanismo para afirmar alguma liberdade religiosa no seu terreno ritualístico. (PEIXOTO, 2018, p. 46).

Estas dinâmicas de transformações culturais não invalidam a identidade Katokinn, mas afetam-na em sua gênese e fragmenta suas tradições. Neste aspecto discute-se que a identidade se afirma no alinhamento de tradições, crenças e costumes, na validação de direitos, ou mesmo na igualdade destes. Neste aspecto, Portela (2009) confere que na existência da perda de identidade no processo exógeno de aculturação dos Katokinn interpreta-se que

Nesse sentido, fundamental é saber quem pergunta pela identidade. Em resposta à essa pergunta é que a comunidade afirma sua distintividade, reforçando sua existência local e “objetivando” sua cultura como traço que a diferencia e que pela mesma razão exige, paradoxalmente, a igualdade de direitos. (PORTELA, 2009, p. 158. Grifo do autor).

Compreende-se que a identidade é a diferenciação, ou distinção de outras culturas, porém com igualdade de direitos. Continuando Portela (2009) assevera que as práticas sociais, culturais, os movimentos transacionais os recursos mercantis, as práticas capitalistas e as trocas desiguais no espaços, ritmos e origens dos indígenas, dominados, sofrem transformações internas. As relações sociais, a necessidade de delimitação, a renda, a educação, os processos de produção e os direitos dos Katokinn transpassaram a esfera identitária da comunidade.

Neto (2012) assevera que a identidade histórica que compreende os indígenas no Brasil está associada a dinâmica de interesses entre os colonos e os nativos expropriados e conduzidos por Missões, além dos seus limites territoriais. Movidos por interesses próprios, defende Neto (2012) estes nativos teriam se adaptado à culturas, processos produtivos e tradições que não os fizeram perder sua identidade, mas se materializar em novos padrões, culturas e ritmos de sobrevivência. “[...] afinal, se a identidades étnicas são históricas e múltiplas, não há razões para duvidar de que os indígenas podiam adotar para si próprios e para os demais, identidades variadas, conforme circunstâncias e interesses”. (NETO, 2012, p.277). neste aspecto, a identidade não teria sido afetada pelo processo histórico de colonização, apenas multifacetada e diversas identidades conforme interesses.

Vieira (2010) fundamenta que o indígena sem a terra originalmente legalizada não é indígena. A terra é um bem fundamental à identidade Katokinn É preciso política pública que prepare os indígenas para avançar nos meios de produção da terra Katokinn e evitar o êxodo de seus familiares que desmaterializa sua cultura, suas crenças. Manter isto é impossível só com os idosos, os quais são impossibilitados de organizar meios para que suas tradições perpassem

gerações. Conceder a terra e os meios de sobrevivência nela é garantir a permanência histórica da população e da cultura Katokinn. Isso somente é possível com uma educação que resgate estas tradições e crenças e com a terra, a presença física dos indígenas e de benefícios que são legitimamente, historicamente pertencentes à estes indígenas e de todos outros do Brasil.

Na atualidade, Peixoto (2018) informa que na aldeia Katokinn, práticas de futebol, presença de igrejas católicas, evangélicas, água tratada, bares, estabelecimentos comerciais, postos de saúde e escolas configuram processo identitários e culturais diversos, problemas de salubridade e necessidades que configuram a opressão ainda existente entre os indígenas.

Como forma de resistência aos processos de transformações ocorridas com os Katokinn, informa Peixoto (2018) que o antigo Cacique Genésio Miranda buscou sempre o contato com os rituais em Pernambuco e mantendo-os nas festividades consegue elementos necessários para forjar uma identidade política como Katokinn e Jiripankó difundindo aprendizados do tronco originário em parte de indígenas que permaneceram em Pariconha, mesmo com acusações de bruxarias e queixas dos fazendeiros sobre macumba seguida até de prisões dos indígenas.

Existem fatores que têm alavancado o resgate cultural entre os indígenas Katokinn. Conforme Pissolato (2013) os jogos indígenas e a permanência de rituais originários dos troncos étnicos do passado reconfiguram sua etnia como Pankararu. Para Alagoas (2017), a terra e a educação são fatores que podem desconstituir a identidade e cultura dos indígenas no Estado, mas ao mesmo tempo impulsionam o resgate, a sobrevivência e a rentabilidade financeira destes indígenas, desde que se tenha políticas agrárias de posse e subsídios para lidar com a terra; políticas educacionais e sociais que coadunem com os direitos e necessidades destes indígenas e resgatem sua linguagem. Isto é válido para Pariconha ou qualquer outro Município que contenha etnia indígena em Alagoas.

A reterritorialização é uma forma de validar a identidade Katokinn, pois Portella (2009) confere que as sujeições coloniais à que foram submetidos vários troncos étnicos, em contrário, recupera-se a identidade ao se encontrar um movimento antagônico a desterritorialização, entre outros fatores a reterritorialização.

Outro fator de impulsão da cultura Katokinn foram as pesquisas acadêmicas associadas às práticas e rituais que foram retomados, afirma Pissolato (2013), assim trazendo aspectos primordiais da identificação e do pertencimento indígena Katokinn, restando somente o reconhecimento legal de seu território em Pariconha, pois o território é reconhecido com adquirido por José Carapina, mas é escriturado como compra por Maria Rosa de Sá e José Monteiro em escritura de 1984, estes como fazendeiros, que infelizmente por falta de interesses de seus herdeiros deram origem a entrada de posseiros que por influência, informa Peixoto

(2018) registraram títulos em cartório limitando a extensão geral do território original. Mesmo assim em 1980 a aldeia surge sem terras suficientes para subsistência dos Katokinn e Jiripankó, ficando em 1987 com 200 hectares sob demarcação da FUNAI; porém isso se demonstra bem distante dos 1.100 hectares comprados por Carapina.

Além disso, é preciso oportunizar melhores condições de rentabilidade aos indígenas em Alagoas, pois segundo Alagoas (2017) mais de 2.300 famílias em todo o Estado são amparados pelo antigo programa Bolsa Família e 72% da população está em situação de extrema pobreza vivendo da agricultura de subsistência. Considera-se falta de estrutura nas suas moradias e acesso aos serviços públicos e saneamento básico serem precários. A falta de água é outro problema das aldeias indígenas. Esse reconhecimento étnico, e essa posse da terra deve ser prosseguido com condições salubres de habitação dos Katokinn na terra que lhes é sua por direito.

Organizados juntamente com os Karruazu, buscando resgatar seus costumes, os Katokinn iniciaram sua formação étnica no ano 2000 e finalizaram em 2003. Liderado pela Cacique Maria das Graças (Nina), e seu Pai Juvino, (póstumos), e pelo Pajé Avelino, organizaram aos indígenas Katokinn para lutar pelos direitos à saúde e educação, cultura, resgate de crenças, e, especialmente, a demarcação da terra. Atualmente já são mais de 1028 famílias que fazem parte da luta do povo. São pessoas que na sua identificação enquanto indígenas mantêm a afirmação da descendência dos indígenas Pankararu, e mesmo com o processo de socialização externo às suas tradições, os Katokinn ainda mantêm seus rituais de devoção às entidades encantadas.

#### 4.1 MEMBROS E ELEMENTOS SÓCIO-CULTURAIS DOS KATOKINN

Apesar de historicamente o etnônimo Katokinn ser citado como originário dos indígenas Pankararu, conforme a Cacique Nina, Araújo (2019), a palavra Katokinn apareceu em sonhos transmitidos por antepassados em várias manifestações físicas e espirituais. Como resumo a sua narrativa têm-se:<sup>15</sup>

A origem da Katokinn é da rama Pankararu, mas seu nome teve a origem através do sonho: Na primeira etapa, apareceu parte do nome, KATO, escrito numa tábua branca. Na segunda etapa, pedi orientação

---

<sup>15</sup> ARAÚJO, Maria das Graças Soares de. Cacique Nina. **Costumes, tradições e cultura Katokinn e Pariconha, Alagoas**. Entrevista concedida a estagiária SANTOS, Geovana Silva. Pariconha, Alagoas. 2019.

aos Encantados, solicitei a confirmação do nome da aldeia que apareceu completo em outro sonho. Nos sonhos seguintes recebi KATOKINN (grafia registrada por Nina em um caderno) a aprovação do Rei dos Índios. Recebi a orientação para fazer o arco e flecha. Índio que é índio. (ARAÚJO, 2019. Grifo nosso).

Específica de sua cultura, a narrativa da então Cacique Nina quanto a denominação Katokinn ser uma sequência originada em sonhos dos antepassados, pela aparição de parte do nome em tábua pintada de branco; na segunda, pedindo orientação aos seus encantados, Nina solicita confirmação do nome da aldeia que aparece completo em outro sonho; nos sonhos seguintes, recebe a aprovação do “rei” dos indígenas; e como a cacique e recebe orientação para fazer seu arco e flecha<sup>16</sup>.

Na história das sociedades indígenas, o arco e a flecha são ferramentas de caça e pesca e instrumentos de guerra contra os inimigos; atualmente, foram substituídos por instrumentos industrializados, subsistindo no imaginário como instrumento de luta pela identidade étnica, de luta e guerra em defesa dos direitos indígenas. “As relações de parentesco com os Pankararu permitiram aos indígenas sertanejos a busca de experiências comuns vividas na tradição dos rituais e no cotidiano de resistência desses povos.” (ALMEIDA, 2009, p.33). A relação com os antepassados garante a continuidade com o presente. Ao definir o etnônimo Katokinn, isso deu a grupo uma identidade étnica, essa que é assegurada na origem Pankararu. Para os indígenas Katokinn isso foi passado oralmente pelos espíritos dos antepassados.

Araújo (2019) confirma que Katokinn é um ser encantado, é o mestre, o ser supremo, o praiá chefe. Indica que os Praiás são indumentários, travestidos com máscara sagrada através da qual os encantados se personificam. Os encantados são espíritos ancestrais, de indígenas que viveram no passado e que depois da morte continuaram trabalhando no astral pela comunidade, são eles que cuidam da saúde com os trabalhos de cura.

Afirma Araújo (2019), que entre os indígenas Katokinn, em seus terreiros, aqueles reconhecidos a partir do etnônimo de cada etnia, outros como encantados, após o ressurgimento, pela crença Katokinn vêm “reaparecendo” aos poucos, representando desta forma, a sequência de entidades espirituais ou encantadas que retornam a seus espaços como aldeias, mantém seus rituais, isto é, o terreiro de cada etnia constituída como rama, ou ponta de rama Pankararu que

---

<sup>16</sup> Dados qualificados a partir da entrevista: ARAÚJO, Maria das Graças Soares de. Cacique Nina. **Costumes, tradições e cultura Katokinn e Pariconha, Alagoas**. Entrevista concedida a estagiária SANTOS, Geovana Silva. Pariconha, Alagoas. 2019.

se manifestam com encantados direcionando seus indígenas para um lugar. Os *Encantados* para os indígenas de matriz Pankararu, são definidos como “as *Forças da natureza*” ou, ainda, como sendo os espíritos dos antepassados, que vivem em torno do que chamam o “*Grande Deus Tupã*”. Compreende-se que a identificação e definição do Etnônimo Katokinn deu ao grupo uma identidade étnica, assegurada na raiz Pankararu e passada oralmente para as futura geração, os rituais e a hierarquia fazem parte da cultura indígena. O Pajé é o líder religioso, ele é o chefe e o representante da tradição. Para os indígenas, a relação com os antepassados garante a continuidade com o presente.

A aldeia Katokinn, conforme Araújo (2019)<sup>17</sup> terá como futuro Cacique o primo da então Cacique Nina, seu parente de nome Daniel. Afirma Araújo (2019) que um dos indígenas, Silva, foi o primeiro rezador, cantador e curador da aldeia e relata ter iniciado estas tradições com um indígena denominado Adelino e outros Katokinn. Relata Silva (2019) que estas tradições foram aperfeiçoadas com outros parentes. Estes residentes na aldeia Jiripankó. Nos dias de rituais estes parentes indígenas participavam com eles incentivando as comemorações.

Araújo (2019) relata que os jovens participam dos rituais e que os rezadores e cantores da aldeia recebem orientações dos anciões da comunidade e para estes eventos confeccionam vestes de nome maracá, roupão, cachimbo e ornamentos de palha. Oliveira e Lima (2018) descrevem entre os rituais dos Katokinn a reverência aos seus antepassados com o ritual do rei dos peixes<sup>18</sup>, a corrida do umbu, o toré (um tipo de dança) e os jogos indígenas.

Jovino Henrique da Silva (póstumo), era pai de Maria das Graças Soares Araújo, Nina; sua mãe é Irene Soares da Silva. Nina, nasceu no dia 31 de janeiro de 1961 na cidade de Pariconha. Jovino seu pai era pernambucano. São agricultores e pais de sete irmãos, relata Araújo (2019); ela afirma que a maioria deles estudaram até o 3º ano do ensino fundamental.

A foto a seguir ilustra a ex- Cacique Nina (Póstuma), na Aldeia Katokinn

---

<sup>17</sup>Dados qualificados a partir da entrevista: ARAÚJO, Maria das Graças Soares de. Cacique Nina. **Costumes, tradições e cultura Katokinn e Pariconha, Alagoas**. Entrevista concedida a estagiária SANTOS, Geovana Silva. Pariconha, Alagoas. 2019..

<sup>18</sup> Ver anexo B

**Figura 1: Maria das Graças Soares de Araújo. Nina.**



Fonte: A própria autora (2019)

De acordo com Araújo (2019) seu modo de vida nunca lhe permitiu adotar completamente as tradições. Relata que por ser uma pessoa de autonomia começou a trabalhar desde os quinze anos exercendo o trabalho no campo, cobradora de ônibus, em usinas de cana-de-açúcar e em comércios. Construiu um frigorífico, mercearias, vendeu quentinhas e morou com uma companheira.

Ao assumir sua identidade étnica em 2003, Nina e seu Pai, no período, assumiram o posto de Cacique na tribo Katokinn conduzindo rituais e reivindicando pleitos dos Katokinn, além de realizar atividades religiosas, políticas e assumir o papel de professora na tribo. Essa dualidade foi disruptiva na regras dos indígenas.

Na educação, Araújo (2019) e outros indígenas afirmam ter conseguido a construção de um prédio escolar inserindo jovens Katokinn em uma educação diferenciada com resgate da língua e cultura Katokinn

Conforme Araújo (2019) após o falecimento de seu pai, a comunidade indicou como Pajé da Aldeia, o indígena Adelino Aprígio dos Santos, com sessenta e oito anos de idade, vindo a falecer no ano de 2019. Com o Falecimento de Nina, em 04/03/2022, o Cacique da tribo passou a ser o indígena Daniel, primo de Nina, e o Pajé, o indígena Weilson, sobrinho de Nina; e passaram conduz os rituais dos praiás, do toré e do rei dos peixes e demais tradições da tribo. A figura seguinte representa o ritual dos praiás na festa do cansação realizada na aldeia Katokinn

**Figura 2: Ritual tradicional da festa do cansanção e os praiás dançando sobre a planta cansanção.**



Fonte: Acervo pessoal Araújo (2019).

A tribo Katokinn consegue resgatar maioria dos seus rituais e tradições dos seus antepassados. Afirma o artesão e indígena Katokinn Jevaldo de Jesus Santos<sup>19</sup>, que os indígenas têm orgulho de seu passado e que para manter sua identidade é preciso de modo coletivo preservar as tradições com continuidade. Se não mantém este lado cultural e somente seus meios de subsistência, trajes e interdependência com as políticas pública os fazem se desvincular da sua identidade Pankararu.

Almeida (2003) corrobora que

A compreensão da cultura como produto histórico, dinâmico e flexível, formado pela articulação contínua entre tradições e experiências novas dos homens que a vivenciam, permite perceber a mudança cultural não apenas enquanto perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica, mas em termos do seu dinamismo, mesmo em situações de contato, quando as transformações se fazem com muita intensidade e violência. (ALMEIDA, 2003, p. 33).

Quando os Pankararu saíram de Pernambuco foram vítimas de violência, afirma Junior (2011), porém mesmo sem violência, adotando outros costumes, trajes, meios de sobrevivência, educação e casamentos, entre os indígenas Katokinn, diferenciando-se do ramo do seu tronco

<sup>19</sup> SANTOS, Gervasio dos. **Costumes, tradições e cultura Katokinn e Pariconha, Alagoas**. Entrevista concedida a estagiária SANTOS, Geovana Silva. Pariconha, Alagoas. 16/02/2023.

<sup>19</sup> Ver anexo B

étnico, eles se desvencilharam de suas origens sem que seja de forma abrupta. A extinção dos aldeamentos fora uma forma de opressão dos Katokinn.

As particularidades na forma como foi efetivado o projeto de incorporação dos indígenas podem ser observadas nos processos geridos em cada província, por exemplo: os aldeamentos foram extintos em Alagoas no ano de 1872 em Pernambuco, em 18693, e no Ceará, em 1860. (JUNIOR, 2011, p. 2).

Os indígenas Katokinn em Pariconha, Alagoas não estão fora de sua aldeia, mas são interdependentes à economia local e em detrimento de uma baixa renda procuram o trabalho rural como forma de subsistência, assim servindo de mão de obra para fazendeiros locais. “Entende-se que neste processo de extinção dos aldeamentos o Estado pretendia imprimir a transição dos indígenas da condição étnica para o quadro imputado de trabalhador rural.” (JUNIOR, 2011, p. 15). Isso era uma forma de menosprezar a renda dos indígenas e explorar sua mão de obra.

Existe a exploração da sua força de trabalho e os indígenas Katokinn se conseguirem a posse definitiva de suas terras podem manter seus direitos naquilo que é competência do Estado; porém devem se desvincular do trabalho meramente rural com produção própria e reconhecimento do poder econômico político local. A exploração dos indígenas dar-se especificadamente pela necessidade de modernização da sociedade circundante as aldeias. E pela falta de reconhecimento étnico.

Desse modo, ressaltamos que luta indígena Katokinn pelo seu território é necessária para continuidade ora do seu modo de vida, ora de sua cultura. Outrossim, as práticas, rituais e costumes da comunidade Katokinn passam a ser elementos de resistência e de preservação de sua etnia. (OLIVEIRA; LIMA, 2018, p. 7).

Essa resistência somente é possível se as famílias se manterem na aldeias, se os moços trabalharem em sua terra. Noutro aspecto, é com a Lei que se formalizou o processo de desaldeamento dos indígenas Katokinn, é com essa mesma Lei que se pode instituir a reterritorialização deles. Junior (2011) postula que se for preciso demarcar mais terra se pode

partir para o arrendamento de terras vizinhas as aldeias. Porém por parte dos próprios indígenas ocorre o abandono das aldeias; por falta de incentivo, buscam serviços alternativos.

Especificadamente em Pariconha, Alagoas, o povo Katokinn, segundo a pesquisa da autora deste estudo, eles vivem na periferia da cidade Pariconha, no Alto Sertão alagoano, na localidade denominada Alto de Pariconha. É um terreno que para muitos é considerado invadido e o apelidam de retomada. Mesmo essa posse, foi fruto de conflitos confirma Dias (2019),<sup>20</sup> que, aos 74 anos revela ter enfrentado a Polícia Federal para se manter na comunidade e seguir com suas crenças e tudo que acreditam.

É importante os indígenas Katokinn terem sobrevivência com recursos próprios, manterem seu agrupamento familiar na mesma aldeia, não se alienarem em costumes sociais convencionais e conquistar sua territorialidade com resistência e meios de produção para se tornarem autônomos. “Nesse aspecto, as territorialidades da comunidade se mostram como um fator importante para a afirmação da identidade étnica da aldeia, tal como componente de resistência e de perpetuação da cultura indígena.”(OLIVEIRA; LIMA, 2018, p. 9). Manter seus rituais colabora-se com esse processo de resgate identitário.

Repatriar estes povos, oficializar sua territorialização e promover meios de produção na sua própria terra talvez seja o caminho para evitar o que Silva (2011) chama de mestiçagem, mantendo a etnia indígena constante e evitar aculturações desordenadas que comprometam as crenças e tradições dos indígenas.

## 5 CONCLUSÃO

Compreendeu-se que na história da origem dos indígenas Katokinn, seu tronco originário dos Pankaruru que descenderam os Jeripankó, Karruazu, Koiupanká e os Katokinn. Expropriados de suas terras, oprimidos desde o Brasil-Colônia, assim como a maioria dos indígenas do Brasil, eles perpassaram processos de diásporas, de opressão e advindos de aldeamentos e migrações constantes, a partir de Pernambuco e Bahia chegaram e se estabeleceram em Pariconha, Alagoas.

Neste processo de expropriação e migração, eles anteriormente sofreram influências culturais atreladas ao seu modo de sobrevivência, tradições, sua renda, costumes e crenças. Constatou-se que os Katokinn para manter sua sobrevivência diante do intenso e histórico processo de territorialização, na contemporaneidade, trabalharam e trabalham em fazendas de

---

<sup>20</sup> DIAS, Carmelita Maria. **Costumes, tradições e cultura Katokinn e Pariconha, Alagoas.** Entrevista concedida a estagiária SANTOS, Geovana Silva. Pariconha, Alagoas. 2019.

cana-de-açúcar, em lavouras da região e por fatores atrelados à intensa perseguição migram para outros Estados em busca de trabalho, assim desfavorecendo a continuidade de suas tradições e se adaptando à novos modelos sociais quando conseguiram se reunir em aldeias e ali permanecerem.

É perceptível a persistência dos Katokinn em manter sua identidade a partir de representantes em sua aldeia e que isso é interdependente ao seu processo de territorialização em Pariconha, ao manejo, cultivo e lucro com a terra, a permanência de seus membros no entorno de seu território, porém nem mesmo a terra que lhe é de direito ainda não foi demarcada e legalizada como de posse dos Katokinn

A ativação de sua cultura, crenças, tradições e rituais é fator de reconhecimento étnico e reconfiguração identitária, mas isso depende da educação, da preservação de seus familiares na aldeia, de suporte com insumos e tecnologia para a produção agrícola, de pesquisas acadêmicas, jogos e rituais, incentivos e lucros nas aldeias, assim evitando-se o êxodo indígena e criando possibilidades identitárias.

A educação e a História é um meio de manter a língua, os valores e as tradições indígenas, mesmo mantendo-se a formalidade do ensino nas aldeias. Araújo (2019) confia que pela educação os rituais e as práticas de cura e conhecimento da natureza destes indígenas, de sua história, favorece sua identidade, se somente permanecer com uma educação persistente nestes pilares.

O processo que envolve a identidade Katokinn em Pariconha é interdependente a permanência do seu povo na aldeia, de uma educação com especificidade nas crenças, valores, tradições e rituais próprios da própria comunidade indígena. Os elementos de sua cultura não são unívocos àqueles que originalmente vieram dos Pankararu, mas ainda continuam sendo vivenciados pelos indivíduos de múltiplas formas, mas com trajetos heterogêneos que se fundem com a necessidade de que os indígenas Katokinn se adaptem aos fatores socioeconômicos vigentes no Município em que habitam. Mesmo assim, por influência de fatores internos e externos, com renda e falta de reconhecimento étnico permanente, os indígenas Katokinn se distanciam de sua cultura em parte, mas ao mesmo tempo, mantêm rituais e crenças inerentes aos costumes de seus antepassados, mas com a modernidade e o seu engendramento social local há comprometimentos neste aspecto.

A essência dos Katokinn não se perdeu, suas tradições, sua cultura e recursos se modificaram de modo fragmentado, mas em parte ficaram restritas à eventos, rituais e datas específicas de honra aos seus antepassados, aos fundamentos de suas crenças e às tradições mantidas em rituais e conhecimentos de sua história. A aculturação, mesmo que tênue está

persente na sua adaptação, em seu modo de vestir, de negociar, de trabalhar e de exercerem sua cidadania com esperança de cumprimento dos seus direitos.

Os rituais que eles mantêm expressam a relação de etnogênese dessa população, uma vez que, nas ações de reconhecimento étnico se dão através de práticas ritualísticas que contém os elementos de pertencimento Katokinn como raiz dos Pankararu, e essas práticas foram identificadas e presentes nos eventos da aldeia em Pariconha, a exemplo da Corridas do Imbu, a festa do cansaço e o toré; o ritual dos peixes; entre outras, estas estão diretamente ligadas à descendência Pankararu. Expressar isso, mesmo esporadicamente reforça a identidade e a tradição dessa aldeia.

Por fim, percebeu-se que as tradições dos rituais estão ligadas a um sentido maior: o culto aos encantados e as crenças que continuam preservadas nas pequenas práticas que estão entrelaçadas fortalecendo a identidade indígena Katokinn, que não se perderam ao passar dos anos na sua essência, apenas fragmentou-se nas raízes do seu modo de sobrevivência silvícola, no seu processo de territorialização e a luta pela terra, que foram marcas da desconstrução de costumes, valores e tradições que historicamente tiveram que se adaptar, e, ainda carecem de melhor ajuste político, reconhecimento legal em Pariconha; e subsídio para que a aldeia não se desfaça por completo como êxodo deste povo por questões de trabalho e renda.

Uma política agrária focada na especialização dos Katokinn pode fortalecer a permanência deles no seu território. Continuar com uma educação focada nas tradições, crenças e na língua Katokinn é um caminho para eles permanecerem com identidade, etnia e tradições.

Conhecer a história de um grupo ou etnia indígena, ainda presente, existente como etnia, neste estudo, os Katokinn, é saber das suas origens, das consequências sofridas pelos indígenas historicamente na Região Nordeste. Das expropriações de terras, direitos e tradições. Da origem de seu tronco étnico. Da sua luta por demarcações de terra e resgate de sua identidade. Da expropriação de seus bens, da reterritorialização, e entre estes processo e direitos se como fundamental, a terra. Ouvir e registrar o que é testemunhado por seus anciãos, pela Cacique Nina; sentir a esperança de que sua terra em Pariconha seja demarcada fixando a posse histórica negada desde sua raiz como Pankararu, é compreender a ânsia de realização dos seus direitos como identidade Katokinn na condição de reunir e se sustentarem como povos indígenas.

Essa identidade está presente no nome, nas crenças, nas tradições, no reconhecimento e direito indígena, mas como aldeia, a terra ainda não está confirmada pela Lei como propriedade Katokinn, e isso é um marco para assegurar os seus direitos indígenas no Brasil. Seus costumes de fato, sua cultura e ramificação só se confirmarão naquilo que foi vivido e expressado; só haverá o verdadeiro resgate disso, se a terra for de fato deles. Consequente, ao

saberem como trabalhar, como lucrar com essa terra, e sem êxodo ali mantiverem seus filhos e netos; e assim poderem resgatar seus rituais, aprofundar entre seus familiares e manter sua tradição, suas crenças, sua identidade.

A vivência histórica dos indígenas Katokinn e o conhecimento desta etnia possibilitou conhecer as necessidades destes indígenas em seu território na Cidade de Pariconha. Conquistar um território, criar uma aldeia são passos da identidade deste povo naquele lugar, mas ter isso registrado oficialmente é de fato qualificar e oportunizar a identidade social deles. Não existe indígenas sem sua terra originalmente legalizada.

Entende-se, portanto, que, mesmo havendo consequências históricas aos costumes destes indígenas pesquisados, dada a localização de suas terras e os meios de produção atual, para evitar migrações de seus familiares, é preciso prepará-los para a urbanização, para processos de trabalho agrícola com recursos avançados, pois na sociedade atual, viver com os frutos da terra não cabe mais em áreas como aquela da região dos Katokinn, pois nem rio eles têm bem próximo para manter suas tradições de pesca.

Portanto garantir estes meios de subsistência, manter seus rituais e tradições, garantir a permanência dos Katokinn na aldeia e subsidiá-los por completo é criar possibilidades para que o agrupamento Katokinn permaneça vivo em tradições, culturas e identidade, em Pariconha, isto é garantir a história deste povo. Para isso é preciso políticas públicas qualificadas, centradas na vida, nas tradições e culturas, na história de gerar e reparar oportunidades negadas, usurpadas, e na reterritorialização destes Katokinn que lhes é um direito historicamente conquistado pelo sangue e sofrimento de milhares de indígenas de sua etnia e de outras tantas pelo Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Estudo sobre as comunidades indígenas de Alagoas**. Governo do Estado de Alagoas. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Maceió: SEPLAG,, 2017. Disponível em: < <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/176ce785-d4fd-47e4-b050-79e2e2aec220/resource/31957252-b75b-41fc-886d-4eab80504b2a/download/indigena.pdf>> Acesso em: 25/12/2022.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias colônias do Rio de Janeiro**. RJ: Arquivo Nacional, 2003. COMEGNA, 2003.

ALMEIDA, Luiz Sávio de **Preconceito e terras: a fala oficial sobre Alagoas**, p. 208. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de, (Org.) **Indígenas do Nordeste: temas e problemas II**, Maceió: Edufal, 2003, pp. 205- 219. Disponível em: < [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aalmeida-2000-preconceito/Almeida\\_2000\\_PreconceitoETerras\\_Alagoas.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aalmeida-2000-preconceito/Almeida_2000_PreconceitoETerras_Alagoas.pdf)> Acesso em: 25/12/2022.

ALMEIDA, Luiz Sávio de; SILVA, Amaro Hélio Leite da (org.). **Indígenas de Alagoas: cotidiano, terra e poder/** - Maceió: EDUFAL, 2009.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. VILELA, Rosana. PASSOS, Francisco. XUCURU-Kariri: **Saúde na Fazenda Canto**. Organizadores: Almeida, Rosana Vilela, Francisco Passos. Maceió: EDUFAL, 2015. 148p. graf. Tabs ( indígenas do Nordeste: temas e problemas; v.4). Disponível em: < <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/5560/1/Os%20C3%ADndios%20Xukuru-Kariri%20na%20Mata%20da%20Cafurna%20em%20Palmeira%20dos%20C3%8Dndios%20rela%C3%A7%C3%B5es%20socioambientais%20no%20semi%C3%A1rido%20alagoano%20%281979%20a%202016%29.pdf>> Acesso em: 25/12/2022.

AMORIM, Siloé Soares de. **Indígenas ressurgidos: A Construção da Auto- Imagem. Os Tumbalalá, os Kalankó, os Karuazu, os Katokinn e os Koiupanká**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Multimeios do Instituto de Artes da UNICAMP, Campinas, 2003. Disponível em: < [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30\\_e383a624d17e329e0c2010e1e6ba438c](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_e383a624d17e329e0c2010e1e6ba438c)> Acesso em: 25/12/2022.

ARAÚJO, Maria das Graças Soares de. Cacique Nina. **Costumes, tradições e cultura Katokinn e Pariconha, Alagoas.** Entrevista concedida a estagiária SANTOS, Geovana Silva. Pariconha, Alagoas. 2019.

ARRUTI, José Maurício Andion. **O reencantamento do mundo. Trama histórica e arranjos territoriais Pankararu.** Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de JaneiroL UFRJ/MN. 1996. Disponível em: < <https://www.cpei.ifch.unicamp.br/biblioteca/o-reencantamento-do-mundo-trama-hist%C3%B3rica-e-arranjos-territoriais-pankaruru>> Acesso em: 25/12/2022.

BANIWA, Gersem. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Série Via dos Saberes, n. 1. Brasília/Rio de Janeiro: MEC–Secad/Laced, 2006. Disponível em: < <http://laced.etc.br/site/acervo/textos-on-line/>> Acesso em: 25/12/2022.

BRASIL, IBGE, **Pariconha.** IBGE, CIDADES. 2023. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pariconha/panorama>> Acesso em: 25/12/2022.

BRASIL, **Política Indigenista no Brasil: avanços e desafios.** Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Brasília, 2016a, 22 p. Disponível em: < <http://www.funai.gov.br/index.php/todos-presidencia/2901-politica-indigenista-no-brasil-avancos-e-desafios?highlight=WyJwcm90ZVx1MDBIN1x1MDBIM28iLCJ0ZXJyaXRvcmlhbCIIsInByb3RlXHUwMGU3XHUwMGUzbyB0ZXJyaXRvcmlhbCJd>> Acesso em: 25/12/2022.

BRASIL, **Demarcação de Terras Indígenas.** Brasília, 2016. Disponível em: < <http://www.funai.gov.br/index.php/todosdtp/154-demarcacao-de-terras-indigenas>> Acesso em: 25/12/2022.

BRASIL, **Terras Indígenas em Alagoas.** Brasília, 2016. Disponível em: < <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> Acesso em: 25/12/2022.

CRUZ, Valter do Carmo. Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo Reconhecimento de Territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: Henri Acselrad. (Org.). **Cartografia social, terra e território.** 1ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, v. 1, p. 119-176. Disponível

em: < <https://www.researchgate.net/project/As-lutas-pelo-direito-ao-territorio-uma-nova-gramatica-das-lutas-sociais-no-espaco-agrario-brasiLeiro>> Acesso em: 25/12/2022.

FREIRE, Adriana Cirqueira. BEATRIZ, Medeiros de Melo. **Etnias indígenas alagoanas [Ebook]**. Maceió, AL: Editora, online. 2020. Disponível em: < <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/573426>> Acesso em: 25/12/2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>> Acesso em: 25/12/2022.

HOHENTHAL, Junior, W. D. **As tribos indígenas do médio e baixo São Francisco**. Revista Museu :Paulista. São Paulo. v. 12. 37-71, 1960. Disponível em: < [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local-files/biblio%3Ahohenthal-1960-tribos/Hohenthal\\_1960\\_TribosMedioBaixoSFrancisco.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local-files/biblio%3Ahohenthal-1960-tribos/Hohenthal_1960_TribosMedioBaixoSFrancisco.pdf)> Acesso em: 25/12/2022.

JUNIOR, Aldemir Barros da Silva. Terra e trabalho: indígenas na província das Alagoas. 2011. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho, 2011. Disponível em: < [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300559177\\_ARQUIVO\\_ArtigoAldemirbarros.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300559177_ARQUIVO_ArtigoAldemirbarros.pdf)> Acesso em: 25/12/2022.

LIMA, Lucas Gama. OLIVEIRA, Amanda da Silva. MIRANDA, Anderson Ribeiro. Indígenas, Terra e Território em Alagoas: Uma análise geográfica da atualidade da resistência. **Revista de geografia**, Recife, v.36, nº 1, 2019. Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/236631>> Acesso em: 25/12/2022.

NANTE, Martinho de. **Relação de uma missão no Rio São Francisco. Brasileira. Volume. 368. Tradução de Barbosa Lima Sobrinho**. Companhia Editorial Nacional. Disponível em: < [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Anantes-1979-relacao/Nantes\\_1979\\_Relacao\\_OCR.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Anantes-1979-relacao/Nantes_1979_Relacao_OCR.pdf)> Acesso em: 25/12/2022.

NETO, Antônio Simplício de Almeida. **Indígenas do Brasil, cultura e identidade. Revista História Hoje**, v. 1, no 2, p. 275-279 – 2012. Disponível em: < <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/download/53/43>> Acesso em: 25/12/2022.

OLIVEIRA, Amanda da Silva. LIMA, Lucas Gama. O território de trabalho indígena e suas territorialidades: Uma análise a partir da comunidade Katokinn (Pariconha-Al. **XIX encontro nacional de geógrafos**. Pensar e fazer a geografia brasileira no século XXI. Escalas, conflitos socioespaciais estrutural na nova geopolítica mundial. João Pessoa, Paraíba, 01 a 07 de julho de 2018. Disponível em: < [http://www.eng2018.agb.org.br/resources/anais/8/1533621270\\_ARQUIVO\\_OTERRITORIO\\_DETRABALHOINDIGENAESUASTERRITORIALIDADES-ENG.pdf](http://www.eng2018.agb.org.br/resources/anais/8/1533621270_ARQUIVO_OTERRITORIO_DETRABALHOINDIGENAESUASTERRITORIALIDADES-ENG.pdf)> Acesso em: 25/12/2022.

PARICONHA, Alagoas. **Município de Pariconha- AL**. 2023. Disponível em: < <https://www.prefeituraempauta.com.br/cidade/51/alagoas/pariconha.html>> Acesso em: 25/12/2022.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. Religião e Identidade: ressignificação e pertencimento nos rituais Jiripankó. **III Congresso Nordestino de Ciências da Religião e Teologia**, 2016, UNICAP, PE. Disponível em: < [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCAP\\_6c6cdc7770ec32a633cfd4ec0afd7fce](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCAP_6c6cdc7770ec32a633cfd4ec0afd7fce)> Acesso em: 25/12/2022.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Minha identidade meu costume. Religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó, Alagoas**. Universidade Católica de Pernambuco, 2018. Disponível em: < [https://www.gphial-uneal.com.br/\\_files/ugd/240cb7\\_979e73073faa42298f2964ae3c30d495.pdf?index=true](https://www.gphial-uneal.com.br/_files/ugd/240cb7_979e73073faa42298f2964ae3c30d495.pdf?index=true)> Acesso em: 25/12/2022.

PINTO, Estevão. Dados históricos e etnológicos sobre os Pankararu e Tacaratu (remanescentes indígenas dos sertões de Pernambuco). **Série Brasileira**, v. 3. In: Mrxarais e Balcões, São Paulo: Companhia das letras. 1958.

PISSOLATO, Elizabeth. Tradições indígenas nos centros in: TEIXEIRA, Faustino; MENEES, Renata. (orgs). **Religiões em movimento**. O censo de 2010. Petrópolis, Vozes, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS., Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] :métodos técnicos da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PORTELA, Cristine de Assis. Por uma história mais antropológica: indígenas na contemporaneidade. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 151-160, jan./jun. 2009. Disponível em: < <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/3170>> Acesso em: 25/12/2022.

SILVA, Edson. A afirmação dos indígenas no Nordeste. **Revista Crítica Histórica**, v. 2, n. 4, 2011. Disponível em: < [https://web.archive.org/web/20180519170157id\\_/http://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/viewFile/2779/pdf](https://web.archive.org/web/20180519170157id_/http://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/viewFile/2779/pdf)> Acesso em: 25/12/2022.

SANTOS, Gevaldo de Jesus. **Costumes, tradições e cultura Katokinn e Pariconha, Alagoas**. Entrevista concedida a estagiária SANTOS, Geovana Silva. Pariconha, Alagoas. 2019.

TOMAZ, Alzeni de Freitas. MARQUES, Juracy. O território sagrado dos Pankararé na ciência do Amaro. **Ethnoscientia** 4, 2019. Disponível em: < <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ethnoscientia/article/download/10251/7098>> Acesso em: 25/12/2022.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. Povoamentos: ocupação e espoliação. In: TENÓRIO, Douglas Apratto. COSTA, Jairo José Campos da. **Alagoas: a herança indígena**. (Org.). Arapiraca: EdUnreal, 2015a. 171p.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. O Sonho do etnônimo Katokinn e rei dos Peixes. Perspectivas analíticas em Jung e Levi-Strauss. In: **XVII Simpósio Nacional de História**. ANPUH, 2013. Disponível em: < [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364843202\\_ARQUIVO\\_Katokinn-sonho-ANPUH,2013.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364843202_ARQUIVO_Katokinn-sonho-ANPUH,2013.pdf). > Acesso em: 25/01/2023.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga, **Povos do Sertão de Alagoas**: confinamento, diáspora e reterritorialização. GEPIADDE, Itabaiana, n. 4, v. 8, p. 5-23, jul.-dez. 2010. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/1777>> Acesso em: 25/01/2023.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. **Povos Indígenas**. 1 ed. 250 p. Maceió: 2015.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. Povos indígenas do Brasil: um olhar sobre a política indigenista oficial da colônia à República. **Revista Incelências**, v. 4, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://revistas.cesmac.edu.br/inceleacias/article/view/283> > Acesso em: 25/12/2022.

## APÊNDICE

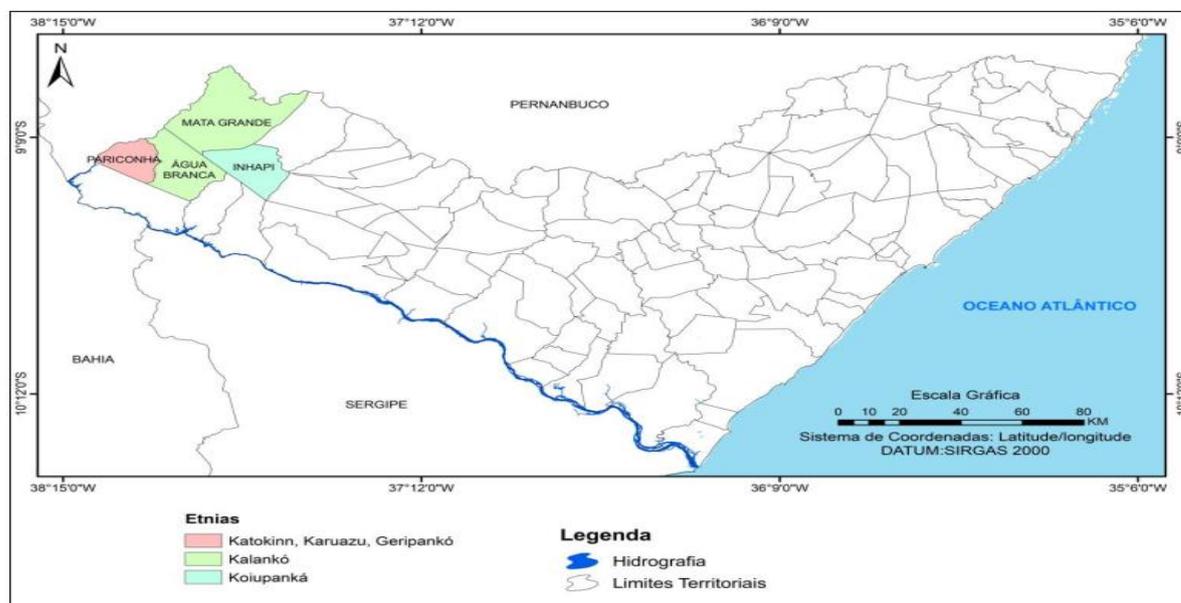
### APÊNDICE 1: ROTEIRO DA ENTREVISTA REALIZADA COM MEMBROS DA ALDEIA KATOKINN EM PARICONHA, ALAGOAS

- 1 Como deu-se a origem dos indígenas Katokinn no Brasil?
- 2 Como dos indígenas Katokinn chegaram e Pariconha, Alagoas?
- 3 Os indígenas Katokinn foram reconhecidos como etnia indígena?
- 3 O que falta para firmar a identidade dos indígenas Katokinn em Pariconha?
- 4 Quais são as principais tradições e crenças dos Katokinn? Elas continuam ou se modificaram? De que forma?
- 5 Quais as principais tradições crenças dos Katokinn? Elas continuam ou se modificam?
- 6 Quais as principais necessidades dos Katokinn?
- 7 O que é ser indígena?
- 8 O que é ser encantado?
- 9 O que praia representa na cultura Katokinn?
- 10 Os indígenas Katokinn têm se adaptado à cultura e economia da modernidade?
- 11 A educação é importante para os Katokinn?

## **ANEXO**

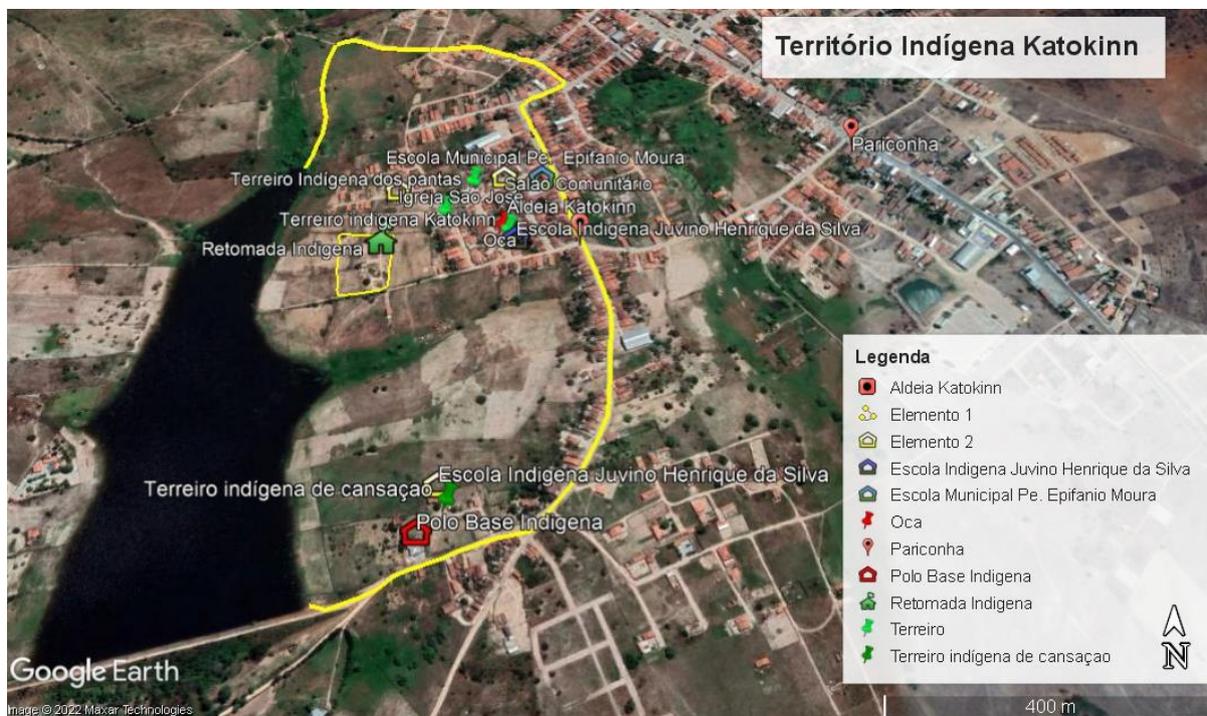
## ANEXO A- MAPA DE MUNICÍPIOS COM LOCALIZAÇÃO DE POVOS INDÍGENAS RETERRITORIALIZADOS

**Figura 4: Mapa de localização das etnias indígenas reterritorializadas no alto sertão alagoano.**



Fonte: Oliveira e Lima (2018).

**Figura 5: Mapa de localização território indígena katokinn**



Fonte: Izabela do Nascimento Silva, Malena Alves da Conceição e Marta Gabriela Lima de Souza (2022)

ANEXO B- FOTOS DA ALDEIA KATOKINN

**Figura 5: cozinha da aldeia**



Fonte: Lindimara Araújo 12 de agosto 2019

**Figura 6: Oca e o terreiro Katokinn**



Fonte: Lindimara Araújo 12 de agosto 2019

**Figura 7: Ritual dos peixes do povo Katokinn**



Fonte: Oliveira e lima (2018)

ANEXO C: TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO PARA ENTREVISTA

Universidade Federal de Alagoas  
Campus do Sertão – Delmiro Gouveia/AL

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu Jevaldo de Jesus Santos, CPF 099.567.164.80  
RG 3488207-3, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Geovana Silva Santos (pesquisadora), Sheyla Farias orientadora) do projeto de pesquisa intitulado“(IDENTIDADE INDÍGENA KATOKINN EM PARICONHA, ALAGOAS)” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Delmiro Gouveia - AL, 15 de Fevereiro de 2023.

Geovana Silva Santos  
Pesquisador responsável pelo projeto

Jevaldo de Jesus Santos  
Nome do entrevistado



## TERMO DE AUTORIZAÇÃO

*Graduação – Especialização – Mestrado – Doutorado – Memorial acadêmico – Relatório científico/Pós-doutorado*

Na qualidade de titular dos direitos autorais deste trabalho, concedo ao Repositório Institucional da Universidade Federal de Alagoas, doravante nomeado RI/UFAL, o direito não-exclusivo de depositá-lo em sua base de dados (<http://www.repositorio.ufal.br>) e de distribuí-lo mundialmente, na íntegra e sem ressarcimento dos direitos autorais, conforme as permissões abaixo assinaladas, como também, de acordo com a Lei n. 9.610/98, **para fins não comerciais, leitura, impressão, download e demais usos que se fizerem necessários para a divulgação da produção científica brasileira a partir desta data.**

### 1 Tipo do trabalho

<input type="checkbox"/>	<b>Dissertação + Produto Educacional</b>
<input type="checkbox"/>	<b>Dissertação</b>
<input type="checkbox"/>	<b>Tese</b>
<input type="checkbox"/>	<b>Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)</b>
<input type="checkbox"/>	<b>Trabalho de Conclusão de Curso (especialização)</b>
<input type="checkbox"/>	<b>Memorial Acadêmico</b>
<input type="checkbox"/>	<b>Relatório Científico/Pós-doutorado</b>

### 2 Identificação do trabalho:

<b>1º Autor(a)</b>	
<b>Lattes<sup>1</sup></b>	
<b>2º Autor(a)<sup>2</sup></b>	
<b>Lattes<sup>1</sup></b>	
<b>Orientador(a)</b>	
<b>Lattes<sup>3</sup> Orientador(a)</b>	
<b>Coorientador(a)</b>	

1 Este campo deve ser **obrigatoriamente** preenchido com o link do currículo Lattes do(a) autor(a), no caso de **relatórios científicos de pós-doutorado, trabalhos de conclusão de curso (TCC) oriundos de pós-graduação lato sensu (especialização), teses, dissertações e memoriais acadêmicos**; sendo **opcional** para TCC provenientes de cursos de graduação.

2 Em caso de coautoria (mais de um autor) ou autoria coletiva (vários autores), todos os nomes devem ser informados, assim como os respectivos currículos Lattes (informação **obrigatória** para **dissertação e tese**).

3 Este campo deve ser **obrigatoriamente** preenchido com o link do currículo Lattes do(a) orientador(a), no caso de **relatórios científicos de pós-doutorado, TCC oriundos de pós-graduação (lato sensu), TCC provenientes de graduação, dissertações e teses**. Este item **não se aplica** a memoriais acadêmicos.



**Membros da Banca:**

<b>1º Membro</b>	
<b>2º Membro</b>	
<b>3º Membro</b>	
<b>4º Membro</b>	
<b>5º Membro</b>	

<b>Data da Defesa:</b>	
------------------------	--

**Título do trabalho no idioma original:**

--

**Palavras-chave no idioma original:**

--

**Título do trabalho em outro idioma (quando houver):**

--

**Palavras-chave em outro idioma (quando houver):**

--



Curso de graduação/Programa de pós-graduação/Unidade:

Agência de fomento (Capes, CNPq, Fapeal, etc.) / Preencha quando houver e informe qual:

4 Informação de acesso ao documento:

Liberação para publicação:	Total	<input type="checkbox"/>
	Embargado <sup>4</sup>	<input type="checkbox"/>

Em caso de acesso embargado, justifique no campo abaixo:

5 Endereço do depositante para contato:

Logradouro:	<input type="text"/>		
Nº <input type="text"/>	Compl.: <input type="text"/>	CEP:	<input type="text"/>
Cidade: <input type="text"/>	Estado:	<input type="text"/>	
Tel.(s):	<input type="text"/>		
E-mail:	<input type="text"/>		
Data de entrega do documento:	<input type="text"/>		

4 O embargo poderá ser mantido por até 01 (um) ano a partir da data de entrega do documento, informada no termo de autorização, salvo o resumo e os metadados (elementos referenciais) que ficarão sempre disponibilizados, em cumprimento à Portaria nº 13/2006 da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A prorrogação do prazo do embargo deverá ser feita no transcurso do primeiro ano do embargo, sendo necessária a justificativa junto ao RI/UFAL. A falta do requerimento da prorrogação do embargo dentro do prazo mencionado resultará na liberação imediata e automática de todo o conteúdo da produção científica.



Declaro, para os devidos fins, que:

O documento entregue é meu trabalho original, sobre o qual ainda detenho o direito exclusivo de dispor dos direitos autorais, sem infringir direitos de terceiros.<sup>5</sup>

O documento fornecido se trata da versão final do trabalho, devidamente corrigida conforme as recomendações da banca examinadora (quando for o caso).

O documento entregue contém material de titularidade de terceiros, para o qual foi(ram) obtida(s) a(s) devida(s) autorização(ões) do(s) detentor(es) dos direitos autorais com o fim licenciar o documento conforme as permissões atribuídas. O material de titularidade de terceiros está devidamente identificado e expresso no documento entregue.<sup>6</sup>

O documento fornecido foi elaborado com base em trabalho financiado/apoiado por instituição de fomento, sendo todas as obrigações estipuladas no contrato ou acordo integralmente cumpridas.<sup>7</sup>

No documento submetido não há divulgação de dados sensíveis, estando o trabalho em conformidade com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018).<sup>8</sup>

Declaro, por fim, que estou ciente de que o conteúdo submetido é de minha inteira responsabilidade.



Documento assinado digitalmente  
GEOVANA SILVA SANTOS  
Data: 03/10/2023 15:40:08-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Assinatura do(a) depositante**

---

5 Esse item deve ser assinalado quando o documento possuir apenas um(a) autor(a).

6 Esse item deve ser assinalado quando o documento possuir mais de um(a) autor(a).

7 Esse item deve ser assinalado sempre que o trabalho tiver o financiamento de alguma agência de fomento.

8 Saiba sobre o conteúdo da LGPD em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm)